



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO – FAGED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

JOSÉ CLÁUDIO ROCHA

**A REINVENÇÃO SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA DA
UNIVERSIDADE**

**UM ESTUDO SOBRE REDES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO
BRASIL**

Salvador

JOSÉ CLÁUDIO ROCHA

**A REINVENÇÃO SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA DA
UNIVERSIDADE**

**UM ESTUDO SOBRE REDES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO
BRASIL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Celma Borges.

Salvador
2006

3

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da FACED UFBA

A Reinvenção Solidária e Participativa da Universidade – Um Estudo de Caso
Múltiplo sobre Rede de Extensão Universitária no Brasil. José Cláudio Rocha
(autor); Celma Borges Gomes (orientadora), Salvador:
Universidade Federal da Bahia, 2006.

315p

1. Redes Sociais 2. Extensão universitária

A

Denise, minha querida esposa, pelo amor e carinho dedicado nas horas mais difíceis de construção deste trabalho.

5

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar aqui meus agradecimentos àqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Agradeço a Deus, aos meus pais e minha família pelo apoio emocional e por precisar subtrair-lhes de atenção durante a realização deste estudo. E, em especial, meu carinho e amor a minha esposa Denise, companheira infatigável de todas as horas, pela sua paciência e colaboração.

A minha orientadora, professora Dra. Celma Borges Gomes, que me orientou e auxiliou no decorrer de toda a pesquisa, com toda a sua competência, experiência e dedicação, discutindo comigo sobre os encaminhamentos de todas etapas do trabalho e das reflexões e análise que juntos íamos fazendo, além, do estímulo, apoio e críticas nas horas mais difíceis, mas que foram fundamentais para a conclusão desta pesquisa.

Aos professores Dr. Edivaldo Machado Boaventura, Dra. Kátia Siqueira Freitas e Dra. Elvia Fadul pela gentileza de terem aceitado participar do exame de qualificação, em que seus comentários foram essenciais à qualidade da tese, e da banca de apresentação do trabalho.

Ao professor José Antonio Pinho Gomes pela gentileza de ter aceitado participar da banca de apresentação do trabalho.

A minha irmã, professora Margarida Rocha, pelas sugestões e revisão do texto final.

Aos companheiros e companheiras da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) pelo apoio e incentivo no desenvolvimento e conclusão desse trabalho.

À Universidade Federal da Bahia (UFBA), instituição onde cursei a graduação em economia (1988) e direito (1996), e pós-graduação *stricto-sensu* mestrado (2001), pela oportunidade de realizar mais esse trabalho de pesquisa.

Aos colegas do curso de pós-graduação em educação da UFBA.

A Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em especial ao Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), Campus XIX Camaçari, instituição que me acolheu como docente e pesquisador durante a realização dessa pesquisa.

A todos aqueles que participaram desse estudo que, pacientemente, ofereceram informações sem as quais seria impossível trabalhar, e, em especial, aos extensionistas da Rede Nacional de Extensão Universitária (RENEX), a Ação Nacional de Extensão Universitária (ANEXU) e a Rede Unicidade.

A todos e todas muito obrigado!

7

Tecendo a manhã

Um galo sozinho não tece uma
manhã: ele precisará sempre de
outros galos. De um que apanhe
esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo que
apanhe o grito que um galo antes e o

lance a outro; e de outros galos que
com muitos outros galos se cruzem os
fios de sol de seus gritos de galo para
que a manhã, desde uma teia tênue, se
vá tecendo, entre todos os galos E se
encorpando em tela, entre todos se
erguendo tenda, onde entrem todos se
entretendendo para todos, no toldo (a
manhã) que plana livre de armação A
manhã, todo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

João Cabral de Melo Neto

(Poema utilizado nos encontros sobre redes)

Este mundo é inconcluso:
Além, há continuação,
Invisível, como a música,
Evidente, como o som.

Emily Dickinson

8

RESUMO

A tese intitulada *A reinvenção solidária e participativa da universidade: um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil* discute as mudanças advindas da globalização, e em grande parte em reação a ela, e as possibilidades de (re)construção conceitual da extensão universitária, frente a essa sociedade mundializada. A partir da observação de experiências de articulação da extensão universitária em rede, o estudo investiga como essas articulações colaboram para a construção da cidadania de seus membros e da sociedade como um todo e se apresentam como um significativo recurso organizacional, tanto pelo ângulo das relações pessoais quanto pelo ângulo da estruturação social. A pesquisa orientou-se pelas diretrizes da pesquisa-ação aplicando e adaptando métodos da observação participante, da antropopedagogia e da pedagogia aberta.

Palavras-chave: Redes universitárias, Extensão universitária, Cidadania, Educação Superior

9

ABSTRACT

The thesis intitled *the solidary and participative reinvention of the university: a study about nets of university extension in Brazil* discuss the happened changes of the globalization, and, in a large extent, in reaction against it, and the possibilities of conceptual (re)building of the university extension, facing to this globalized society. From observation of experiences of articulateness of the university extension in net, the study investigates as these articulatenesses collaborate for the construction of the citizenship of their members and the society as a whole and if they present as a significant organizacional resource, as much for the angle of the personal relations how much for the angle of the social structuration. The research was oriented for the lines of direction of the research-action applying and adapting methods of the participant observation, of the anthropopedagogy and the free pedagogy.

Keywords: nets of university, extension university, Citizenship, university education

10

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Representação do Desenvolvimento do Pensamento Complexo segundo 34

Edgar Morin

Figura 2 Representação do Circuito Retroativo e Recursivo do Pensamento 36

Complexo segundo Edgard Morin

Figura 3 Modelo de organização social 49 Figura 4 Relação dialógica entre o global e local na formação das redes 78 Figura 5 Princípios de Regulação da Modernidade 88 Figura 6

Modelo 1 - Gestão pública organização hierárquica 103 Figura 7 Modelo 2 - Gestão pública organizada em rede 104 Figura 8 A universidade na sociedade globalizada 130

Figura 9 Nova institucionalidade na universidade: produção do conhecimento 142

universitária em sistemas abertos (redes), concepção pluralista de produção do conhecimento

Figura 10 Esquema do Problema da Pesquisa 157 Figura 11 Fases da pesquisa ação 163

Figura 12 Etapas da pesquisa: Pesquisa Exploratória 164 Figura 13 Etapas da pesquisa: Pesquisa Exploratória e Pesquisa Bibliográfica 166

Figura 14 Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa 169

Bibliográfica e Pesquisa Documental

Figura 15 Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa 171 Bibliográfica, Pesquisa Documental e Levantamento de Campo	
Figura 16 Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa 173 Bibliográfica, Pesquisa Documental, Levantamento de Campo e Entrevistas Abertas	
Figura 17 Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa 175 Bibliográfica, Pesquisa Documental, Levantamento de Campo, Entrevistas Abertas e Observação	

11

Figura 18 Etapas do Processo de Pesquisa: Pesquisa Exploratória, Pesquisa 176 Bibliográfica, Pesquisa Documental, Levantamento de Campo, Entrevistas Abertas, Observação e TESE	
Figura 19 Articulação entre a RENEX e o Fórum de Pró-Reitores das IES públicas 223	
Figura 20 Esquema da Certificação Profissional de Agentes de Cidadania e Direitos 255 Humanos baseada em Competências	
Figura 21 Níveis de Participação dentro da Rede Unicidade 257	
Figura 22 Exemplos de fractais 282	

12

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Características principais dos paradigmas científicos da modernidade 43	Quadro 02 Evolução das formas de organização do Estado 82	Quadro 03 Abusos na extensão universitária 179
---	---	--

13

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Atividades de extensão universitária por região do país 205 Gráfico 2 Distribuição percentual da extensão por atividade 205 Gráfico 3 Distribuição percentual da extensão por área temática 206 Gráfico 4 Evolução da prática extensionista por ano 207 Gráfico 5 Percentual de IES públicas na RENEX por região 227

14

LISTA DE SIGLAS

AATR Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia ABRESC Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas ABRUSC Associação Brasileira de Escolas Superiores Comunitárias ALCA Associação Latino Americana de Livre Comércio ANEXU Ação Nacional de Extensão Universitária ARPA Aliança Popular Revolucionária Americana BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior CBEU Congresso Brasileiro de Extensão CEB Câmara de Educação Básica CFE Conselho Federal de Educação CNE Conselho Nacional de Educação CNPQ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico COMPLEX Congresso de Pesquisa e Extensão CPC Centro Popular de Cultura CRUB Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras CRUTAC Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária CODAE Coordenação de Atividades de Extensão EUA Estados Unidos da América FAT Fundo de Amparo ao Trabalhador FEMDH Fórum de Entidades e Movimentos de Direitos Humanos FMI Fundo Monetário Internacional FORPROEX Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras

Brasileiras

FUNDAJ Fundação Joaquim Nabuco

GATT Acordo Geral Sobre Comércio

IES Instituições de Ensino Superior

15

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC Ministério da Educação

MERCOSUL Mercado Comum do Sul

MLAL Movimento Leigo Para América Latina

MNU Movimento Negro Unificado

MNDH Movimento Nacional de Direitos Humanos

MST Movimento dos trabalhadores Rurais sem Terra

OEA Organização dos Estados Americanos

OIT Organização Internacional do Trabalho

OMC Organização Mundial do Comércio

ONG Organização Não governamental

ONU Organização das Nações Unidas

PEA Pesquisa Econômica Ativa

PFL Partido da Frente Liberal

PNE Plano Nacional de Extensão

PROUNI Programa Universidade para Todos

PSDB Partido Social Democrata do Brasil

PT Partido dos Trabalhadores

RENAJU Rede Nacional de Assessorias Jurídicas Universitárias RENEX

Rede Nacional de Extensão Universitária

SEMOC Semana de Mobilização Científica

SEMPE Seminário Metodológico de Pesquisa e Extensão

SEMPRI Serviço de Militância nas Prisões

SESU Secretaria de Ensino Superior

SIEX Sistema de Informações da Extensão

SINAES Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior TG's

Teoria Geral dos Sistemas

TINA *There is No Alternative*

UEFS Universidade Estadual de Feira de Santana
UESB Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UESC Universidade Estadual de Santa Cruz
UFBA Universidade Federal da Bahia
UFPB Universidade Federal da Paraíba

16

UFPE Universidade Federal de Pernambuco
UFMG Universidade Federal de Minas Gerais
UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNB Universidade de Brasília
UNE União Nacional dos Estudantes
UNEB Universidade do Estado da Bahia
UNICIDADANIA Universidade e Cidadania

17

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 19 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA 28

2.1 A ORIGEM DA DISCUSSÃO: A ABORDAGEM SISTÊMICA OU TEORIA 28
DA COMPLEXIDADE

2.2 A EDUCAÇÃO EM REDE 45 2.3 GLOBALIZAÇÃO E A SOCIEDADE EM REDE 54

2.4 A ARTICULAÇÃO DIALÓGICA ENTRE O GLOBAL E O LOCAL 68 2.5 O
ESTADO E A GESTÃO PÚBLICA EM REDE 78 **2.5.1 Origem e Conceituação do Estado**

**80 2.5.2 Crise e Reinvenção do Estado 86 2.6 A UNIVERSIDADE EM UMA
SOCIEDADE GLOBALIZADA 105 2.6.1 Antecedentes teóricos, históricos e políticos**

**105 2.6.2 A Crise da universidade no Brasil 119 2.6.3 Uma nova institucionalidade
para a universidade 130 3 METODOLOGIA 143 3.1 O PROBLEMA E AS QUESTÕES**

DA PESQUISA 143 3.2 O MÉTODO E AS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA 158

4 A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM REDE E A REINVENÇÃO 177

SOLIDÁRIA E PARTICIPATIVA DA UNIVERSIDADE

4.1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: UM OBJETO EM CONSTRUÇÃO 177 **4.1.1 A Evolução da Extensão Universitária no Brasil 181 4.1.2 Aspectos Jurídicos da Extensão Universitária 199**

18

5 AS REDES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL 210 5.1 A REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (RENEX) 219 5.2 AÇÃO NACIONAL EM EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA (ANEXU) 238 5.3 A REDE UNICIDANDIA 247

6 UM OLHAR SOBRE AS REDES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO 264

BRASIL

7 CONCLUSÃO 291 REFERÊNCIAS 210 ANEXOS 324

19

1. INTRODUÇÃO

A crise por que passa a universidade no mundo inteiro está a exigir da comunidade universitária um desempenho político e acadêmico cada vez mais consistente, uma vez que as dificuldades sentidas crescem progressivamente levando, na maioria das vezes, ao ceticismo ou a um ativismo intuitivo, sem uma clara percepção dos fins e objetivos a serem alcançados. No caso particular da extensão universitária, professores, estudantes e até pró-reitores têm apresentado uma série de dificuldades para a implantação de programas, projetos e atividades em face do novo perfil que se desenha para essas instituições, numa sociedade complexa e cada vez mais mundializada.

Por outro lado, estudantes e movimentos sociais se queixam, também, de que nos espaços da extensão universitária predomina uma organização vertical atrelada aos reitores e pró-reitores das universidades, sem a participação de representantes dos estudantes ou da sociedade civil organizada. Essas dificuldades apontadas decorrem tanto da falta de pesquisa que ajude na fundamentação teórica destes trabalhos, quanto da inexistência de mecanismos e instrumentos políticos-acadêmicos que tornem esses programas, projetos e atividades ações mais efetivas e eficazes.

Foi pensando nisso que decidimos realizar a presente tese chamada *A reinvenção solidária e participativa da universidade: um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil*, com o propósito de estudar a extensão universitária, enquanto função articuladora do ensino e da pesquisa, e propor medidas que visem o seu fortalecimento e democratização dentro e fora da universidade.

Tomando como ponto de partida as recentes discussões sobre a (re) construção conceitual da extensão universitária no Brasil, buscamos investigar a emergência de uma concepção para a extensão universitária – que tem por base a emergência de um novo

20

paradigma social lastreado nas novas tecnologias da informação e comunicação da qual resulta uma nova estrutura social: a sociedade rede – e de como ela pode contribuir para a efetivação do compromisso social da universidade em construir e socializar conhecimentos, atitudes e valores que tornem os cidadãos indivíduos mais éticos, solidários e participativos.

A partir da observação de 03 (três) experiências de redes de extensão universitária no Brasil, o estudo investiga como essas articulações se apresentam como novos atores sociais que colaboram para a construção da cidadania de seus membros e da sociedade em geral e se apresentam como um significativo recurso organizacional, tanto pelo ângulo das relações pessoais quanto pelo ângulo da estruturação social, para a superação dos obstáculos à ela

sejam eles geográficos, econômicos, sociais ou culturais.

Partimos do pressuposto de que a extensão universitária se apresenta como um *locus* privilegiado para a produção do conhecimento de forma coletiva e em interação com a realidade, se constituindo em um dos caminhos mais promissores para a construção de uma universidade mais aberta, ética, solidária e participativa, que nos conduza a uma educação mais pluralista, transgressora e emancipatória, que possibilite as futuras gerações o direito de repensar o mundo de forma mais colaborativa e sustentável.

Sem a menor dúvida, desde a antiguidade a imagem da rede tem estado presente nas mais diversas culturas como um entrelaçamento de representações simbólicas, místicas, mágicas, inconscientes, plásticas, rituais, religiosas e ontológicas. Contudo, nos dias atuais, com o avanço das tecnologias de comunicação e informação, a idéia de rede tem tomado um novo significado que está a exigir uma mudança de postura da ciência e uma visão mais construtivista e interacionista da educação em oposição ao instrumentalismo e à competitividade dominantes.

Nessa ótica, as redes representam hoje um grande avanço na renovação dos parâmetros educativos, uma vez que a educação em rede supera as fronteiras das ciências, dos

21

povos, das nações e viabiliza a inter ou transculturalidade da educação. Para Gadotti (2005), o conceito de rede na educação tem em Paulo Freire um dos precursores¹ quando este se antecipou em relação ao tema criando verdadeiras redes informacionais, a partir de sua própria concepção de educação, fundada nos círculos de cultura.

A pedagogia freiriana além de potencializar a expansão e a dinamização das possibilidades da interatividade humana, potencializa ainda a reflexividade da sociedade atual, ou seja, socialização das informações e da ciência, independentemente dos credencialismos acadêmicos. Deste modo, a concepção freiriana de educação teria se antecipado à era da

informática, como instrumento de construção da inteligência coletiva a que se refere Pierrri Levy (2003).

Para Gadotti (2005), se Freire estivesse vivo o casamento da pedagogia do oprimido com a *cibercultura*, a partir da metodologia dos círculos da cultura, seria veementemente defendido por ele que era um pioneiro defensor e utilizador da tecnologia disponível nos projetos educacionais².

Nesse prisma, a idéia de rede é, talvez, a mais notável noção da educação contemporânea, revelando um potencial enorme que precisa ser estudado pela educação tendo em vista a construção de uma pedagogia mais aberta e colaborativa.

Nesse aspecto, este trabalho procura superar a polêmica do “ser a favor” ou “ser contra” a tecnologia, ressaltando que o que importa nas relações da humanidade com os avanços científico-tecnológicos são as formas de sua utilização e socialização dessas conquistas como afirma Gilberto Gil (1969) na música cérebro eletrônico:

¹ Conforme constatado por Alvin Toffler em 2001 autor de *Third Wave* (Teceira Onda). ² Paulo Freire pode ainda ser lembrado nesta discussão sobre redes quando se pensa na universalização dos meios tecnológicos para o acesso ao ciberespaço e o direito a informação. A construção de uma sociedade da *cibercultura* só será possível com a alfabetização digital, com uma verdadeira *alfabytização*. Não uma *alfabytização* qualquer, alienante, bancária, mas a que retomasse os princípios dos olhares dos oprimidos e para que as riquezas dessas novas tecnologias de informação e comunicação não sejam postas, mais uma vez, a serviço da dominação (GADOTTI, 2005).

*O cérebro eletrônico faz tudo.
Faz quase tudo
Faz quase tudo
Mas ele é mudo
O cérebro eletrônico comanda
Manda e desmanda
Ele é quem manda
Mas ele não anda
Só eu posso pensar
Se Deus existe
Só eu
Só eu posso chorar
Quando estou triste
Só eu
Eu cá com meus botões
De carne e osso
Eu falo e ouço. Hum*

*Eu penso e posso
Eu posso decidir
Se vivo ou morro por que
Porque sou vivo
Vivo pra cachorro e sei
Que cérebro eletrônico nenhum me dá socorro
No meu caminho inevitável para a morte
Porque sou vivo
Sou muito vivo e sei
Que a morte é nosso impulso primitivo e sei
Que cérebro eletrônico nenhum me dá socorro
Com seus botões de ferro e seus olhos de vidro*

Sendo assim, a organização em rede pode servir para fortalecer a universidade como instituição indutora de projetos e processos emancipatórios superando o atual modelo tradicional que a coloca como receptora e consumidora de idéias. As novas tecnologias de informação colocam a disposição da humanidade para a comunicação e mundialização do conhecimento, diferentemente da globalização econômica neoliberal, a possibilidade de democratização do acesso em todos os sentidos, inclusive, no da universalização do usufruto do produto social, como afirma Gadotti (2005): “Não podemos deixar que, mais uma vez, prevaleça um projeto de sociedade que exclui a maioria da população do banquete civilizatório”.

Ante o exposto, com base no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e no fato de que a extensão é por natureza diversificada,

23

transdisciplinar, participativa e articuladora de aspectos educativos (ensino), investigativos (pesquisa) e comunicativos (extensão), tivemos como objetivo geral estudar as mudanças advindas da globalização, e em grande em parte em reação a ela, que podem ser sentidas na educação superior, em particular na extensão universitária, que dizem respeito à emergência de uma nova forma de organização social baseada em redes horizontais e interconexas de colaboração solidária.

O objetivo geral formulado acima foi subdividido em objetivos específicos que consistem em analisar:

- I) as possibilidades de formulação de um conceito de extensão universitária (extensão universitária em rede) que tenha por base a emergência de um novo paradigma social baseado na organização da sociedade em rede;
 - II) a prática social dos diversos atores que fazem a extensão universitária no Brasil à emergência desse novo modelo de articulação em rede e as possibilidades de construção coletiva do conhecimento;
 - III) as possibilidades da organização da extensão universitária em rede favorecer o fortalecimento da extensão universitária como função da universidade;
 - IV) quais os significados das ações coletivas propostas pelas redes de extensão universitária, qual a posição de seus atores, os meios e recursos utilizados e os efeitos dessas ações em relação às instâncias de poder dentro e fora da universidade;
 - V) as formas de interação, participação ou de cooperação entre universidade e sociedade civil, que são possíveis no modelo emergente de rede, buscando delimitar as inovações que demonstram uma ruptura com as formas tradicionais de se organizar e fazer à extensão universitária no Brasil;
- 24
- VI) como esse novo modelo corta a reprodução e favorece a emancipação de pessoas e grupos envolvidos, na medida em que forja, em cada um dos sujeitos, sua capacidade emancipatória, de autonomia, de leitura e interpretação dos códigos da sociedade e da adequada percepção do mundo que os rodeia;
 - VII) como essa nova forma de articulação pode contribuir para a formação de uma

cultura organizacional voltada para o envolvimento da universidade com a concretização da democracia e da cidadania no país.

Por fim, propomos sugestões e mecanismos institucionais, políticos e administrativos que favoreçam a superação dos obstáculos impostos a uma cultura de rede dentro das universidades e, em especial, dentro da extensão universitária.

Do ponto de vista metodológico, nossa pesquisa se enquadrou como um estudo de caso múltiplo onde foram estudadas 03 (três) redes de extensão universitária: A Rede Nacional de Extensão universitária (RENEX); a Ação Nacional de Extensão Universitária (ANEXU); e a Rede UNICIDADANIA (Universidade + Cidadania); a partir não só de uma extensa revisão bibliográfica do assunto como da prática social concreta desses atores. As diretrizes utilizadas foram as da pesquisa-ação que consistem em:

1. coletar informações relevantes e mapear situações (olhar/*look*);
2. explorar e analisar o que acontece (pensar/*think*);
3. elaborar, implementar e avaliar categorias de pesquisa objetivando aprender o significado das diversas ações coletivas, a posição dos atores envolvidos, os meios e recursos utilizados e os efeitos dessa ação em relação às instâncias de poder (agir/*act*).

Na primeira parte do trabalho – chamada de *Fundamentação Teórica* – apresentamos as categorias revisitadas (globalização, Estado, universidade, extensão

25

universitária, complexidade, redes, cidadania etc.) que são atualmente bastantes polêmicas tanto em razão das abordagens teóricas como das diversas utilizações na prática política dos movimentos sociais, buscando delimitar, em seus diversos sentidos, sua forma atual trabalhada não só na teoria política contemporânea, mas também, pelos movimentos sociais.

Na segunda parte do trabalho – chamada de *Metodologia* – apresentamos as

etapas de desenvolvimento da pesquisa e os dados e informações que foram coletados através da combinação de várias técnicas de pesquisa como: pesquisa exploratória; pesquisa bibliográfica (leitura e análise de livros, artigos, teses, dissertações etc); pesquisa documental (coleta, leitura e análise de relatórios, planos, projetos, estatutos, cartas e *sites* das redes estudadas); e levantamento de campo (participação em eventos-campo, registro em diário, entrevistas, depoimentos e observação participante).

Na terceira parte do trabalho, chamada de – *A Extensão Universitária em Rede e a Reinvenção Solidária e Participativa da Universidade* – apresentamos o estudo de caso realizado, bem como as propostas e sugestões quanto à formação de redes na extensão universitária no Brasil. Como não se pretende tratar a temática das redes de extensão com a intenção de esgotá-la, dada as limitações desse trabalho, a conclusão não contém proposições definitivas. Contudo, buscamos desenhar uma ordem lógica de apresentação das idéias que pudesse demonstrar, de forma dinâmica e processual, a realidade das redes de extensão no Brasil.

Não podemos deixar de ressaltar que o presente trabalho de pesquisa se alimentou não só de leituras assíduas, mas também de experiências profissionais e pessoais acumuladas junto à universidade como estudante, professor e coordenador de programas e projetos de pesquisa e extensão nos últimos 10 anos. Podemos destacar a nossa participação no:

1) *Programa de Formação e Assessoria em Políticas Públicas e Cidadania*, coordenado pelo falecido professor Elenaldo Celso Teixeira, que fez parte das ações do UFBA

26

em Campo e foi devidamente registrado no livro “*Políticas Públicas e Cidadania*” de Elenaldo Celso Teixeira e Isadora Browne Ribeiro, publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1999;

2) *Programa de Extensão para Elaboração de 30 (trinta) Planos de*

Desenvolvimento Sustentável para Assentamentos de Reforma Agrária (PDSA), coordenado pelos professores Celma Borges e Antonio Dias Nascimento, convênio INCRA/CRH/UFBA;

3) *Programa de Formação de Lideranças em Direito Social* realizado pelos campi Barreiras e Bom Jesus da Lapa da Universidade do Estado da Bahia (UNEB); 4) programa para Formação em *Direitos Humanos Violência e Impunidade*, UNEB/MLAL; entre outros.

Além disso, coordenamos o *Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE)*, o curso de *Direito e assumimos a direção do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT)*, Campus XIX Camaçari, da UNEB durante a realização dessa pesquisa.

Alimentou-se, também, da experiência acumulada como militante e, ocasionalmente, dirigente de organizações não governamentais (ONG's) aonde esse tema vem sendo amplamente discutido. Nesse período coordenamos algumas organizações não governamentais e movimentos como:

1) a *Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR)*, com 12 anos de militância e sendo presidente da entidade por dois mandatos:

2) a *Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG) Regional NE II*;

3) o *Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)*;

4) o *Fórum de Entidades e Movimentos de Direitos Humanos da Bahia*, entre outros.

27

Por fim, a oportunidade de pesquisar este tema nem precisaria ser sublinhada na medida em que compreendemos a relevância social das redes para o fortalecimento da democracia neste país. O princípio da solidariedade social presente nas redes e o seu caráter emancipatório parecem ser o melhor caminho para a construção de uma sociedade mais ética e responsável em nosso país.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. A ORIGEM DA DISCUSSÃO: A ABORDAGEM SISTÊMICA OU TEORIA DA COMPLEXIDADE

Na base de nossa discussão sobre a possibilidade de reinvenção solidária e participativa da universidade está uma nova forma de ver a ciência e compreender o mundo a partir do paradigma da complexidade. Esse paradigma foi introduzido nas ciências humanas pela abordagem sistêmica ou teoria da complexidade no início do século XX, mas, ganha vigor somente nas últimas três décadas com as novas tecnologias de comunicação e informação. Nesse sentido, rever esta teoria nos ajuda a compreender melhor o processo de reinvenção solidária e participativa da universidade, a partir da compreensão da extensão universitária como um sistema aberto de produção e difusão do conhecimento.

Para a abordagem sistêmica ou teoria da complexidade, nada pode ser completamente compreendido isoladamente. Tudo deve ser estudado como parte de um sistema dinâmico e multiestratificado. As relações são tudo. A atividade do sistema compreende a interação simultânea e interdependente de suas muitas partes componentes. A natureza do sistema é sempre maior do que a mera soma de suas partes separadas. Nesse aspecto, a teoria dos sistemas vem romper com o paradigma mecanicista da ciência moderna que predominou até o final do século XX.

Thomas Kuhn foi o responsável pela formulação da noção de paradigma científico. Kuhn define o paradigma científico como “uma constelação de realizações, concepções, valores, técnicas etc. compartilhada por uma comunidade científica e utilizada por essa comunidade para definir problemas e soluções legítimos” (KUHN, 1962 *apud*

CAPRA, 2003, p.24). Nesse sentido, as mudanças de paradigma ocorrem sob a forma de rupturas descontínuas e revolucionárias denominadas mudanças de paradigmas. Para analisar as transformações culturais que estamos vivendo em meio à globalização, Capra generalizou a definição de Kuhn de um paradigma científico até obter um paradigma social definido como “uma constelação de concepções, de valores, de percepções e de práticas compartilhados por uma comunidade, que dá forma a uma visão particular da realidade, a qual constitui a base da maneira como a comunidade se organiza” (CAPRA, 2003, p.24).

Nessa perspectiva, estamos agora no princípio dessa mudança fundamental de visão de mundo na ciência e na sociedade. Porém, essa compreensão ainda não despontou entre a maioria de nós e o reconhecimento de que é necessária uma profunda mudança de percepção e de pensamento para garantir a nossa sobrevivência, ainda não atingiu a maioria das pessoas, sobretudo, aqueles que estão no poder político e econômico. Segundo Capra (2003, p.24), “nossos representantes no poder não só deixam de reconhecer como diferentes problemas estão inter-relacionados, mas também se recusam a reconhecer como as suas soluções afetam as gerações futuras”.

Nesse sentido, Capra (2003) alerta que o grande desafio do nosso tempo é criar uma economia ou economias sustentáveis, isto é, ambientes sociais e culturais onde todos possam satisfazer as suas necessidades de aspirações sem diminuir as chances das gerações futuras. Para este autor, o paradigma que dominou nossa cultura ocidental por vários séculos, que agora retrocede, consiste em várias idéias e valores entrelaçados, entre os quais:

I) A visão do universo como um sistema mecânico composto de blocos de construção elementares;

II) A visão do corpo humano como uma máquina;

III) A visão da vida em sociedade como uma luta competitiva pela

existência;

IV) A crença no progresso material ilimitado a ser obtido por intermédio de crescimento econômico e tecnológico;

V) A crença em que uma sociedade na qual a mulher é, por toda a parte, classificada em posição inferior à do homem é uma sociedade que segue uma lei básica da natureza.

Na opinião de Capra (2003), todas essas suposições têm sido decisivamente desafiadas por eventos recentes. Em verdade, está ocorrendo, na atualidade, uma revisão radical disso. Esse novo paradigma para ciência passa a ser chamado de uma visão holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. A base desse princípio é a compreensão da interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que enquanto indivíduos e sociedade estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza e, em última análise, somos todos dependentes desses processos.

A teoria da complexidade vê o mundo não como uma coleção de objetos isolados, mas como uma rede de fenômenos que estão fundamentalmente interconectados e são interdependentes, concebendo os seres humanos com um fio particular da teia da vida. A base dessa teoria é o reconhecimento de que a natureza de muitas de nossas estruturas sociais e econômicas está arraigada em um sistema dominador de organização social³.

A mudança de paradigma requer não só uma mudança no pensamento, mas também uma mudança de valores. As mudanças entre pensamentos e valores podem ser vistas como mudança da auto-afirmação para a integração. Essas duas tendências, a auto-afirmativa e a integrativa, são aspectos essenciais de todos os sistemas vivos. Nessa perspectiva,

³A palavra rede é bem antiga e vem do latim *retis* significando o entrelaçamento de fios com aberturas regulares que formam uma espécie de tecido. A partir da noção de entrelaçamento, malha e estrutura reticulada, a palavra

podemos afirmar que estamos num momento de mudança de paradigma. Se o motor da sociedade no século XX foi o conflito, no novo século a solidariedade aparece como alternativa ao processo de globalização excludente.

As redes se organizam a partir do princípio de solidariedade social que pode ser compreendido como um processo de alteridade, onde um sujeito se reconhece e se nutre na ação do outro. Nas redes temos a superação do sujeito individual pelo sujeito coletivo. Nesse novo paradigma, as redes de colaboração solidária surgem como uma nova forma de articulação da sociedade e até do próprio Estado.

Nesse sentido, nos últimos anos, diversos pesquisadores⁴ têm contribuído com uma nova visão, não apenas do método, mas da própria ciência. Podemos dizer que o pensamento complexo defendido por esses autores é uma nova maneira de ver a ciência casando o singular com o todo o particular com o geral. Para estes autores, a teoria da complexidade é hologramática, ou seja, mostra-nos que não é através de um único parâmetro que se tem a dimensão da realidade, mas, através de um conhecimento polissêmico, multi, inter, transdisciplinar.

Esse paradigma ingressou na ciência com Werner Heisenberg (1971 *apud* CAPRA, 2003) e está estritamente relacionado com a visão da realidade física como uma teia de relações implicando em uma visão da realidade como uma rede inseparável de relações. Se imaginarmos o que é a complexidade dessa rede poderemos facilmente entender que isolar um padrão nessa rede complexa desenhando uma fronteira ao seu redor e chamar esse padrão de objeto parecerá um tanto arbitrário.

No modelo científico cartesiano, acreditava-se que as descrições são objetivas, isto é, independentes do observador humano e do processo de conhecimento. O novo paradigma científico implica que a epistemologia, a compreensão do processo de

conhecimento, precisa ser explicitamente incluída na descrição dos fenômenos naturais. A proposta da teoria da complexidade é religar os conhecimentos dispersos exigindo uma nova postura do sujeito diante da dinâmica dos sistemas vivos e planetários, o que implica recusar a cisão entre as ciências e humanidades e mais que isso, entre as ciências da natureza e a cultura⁵.

Para Morin (2002a), o que a teoria da complexidade pretende é educar educadores de modo mais sistêmico, isto é gerar, intelectuais polivalentes, abertos capazes de refletir sobre a cultura em sentido amplo. Para isso torna-se urgente incentivar professores de todos os níveis a religarem seus programas e projetos, assim como investir em reformas curriculares que propiciem uma reflexão sobre o tema, com pontos de vista que *rejuntem* natureza e cultura, homem e cosmo e edifiquem uma aprendizagem cidadã capaz de repor a dignidade da condição humana⁶.

⁵ O princípio da incerteza de Heisenber diz, essencialmente, que não existe meio de medir com precisão as propriedades mais elementares do comportamento subatômico. Ou melhor, quanto mais precisamente você mede uma propriedade, digamos, o movimento de um elétron, menos precisamente você pode conhecer outra, nesse caso, sua posição. Em verdade, mais certeza de uma, mais incerteza de outra. Em termos práticos, o que o princípio da incerteza sugere é que você não pode tratar partículas quânticas como se fossem iguais aos objetos de nossa vida diária. Os aspectos essenciais de uma partícula (posição, velocidade, quantidade de movimento, energia) nunca podem ser imediatamente observados com precisão, o próprio ato da observação, inevitável e irremediavelmente, distorce pelo menos uma dessas características. Na melhor das hipóteses, podemos fazer medições e predições *prováveis* ou estatísticas. Isso não quer dizer que não temos a técnica necessária para as medições. O ponto é que técnica alguma jamais poderá superar a incerteza fundamental do comportamento das grandezas quânticas. HEISENBERG, Werner. Física e Filosofia. UNB:Brasília, 1999.

⁶ No direito a Teoria Quântica, o Quantismo jurídico é a tese de que o direito se insere na harmonia do universo e, ao mesmo tempo, dela emerge, como requintada elaboração dos seres humanos. Uma relação jurídica é sempre uma interação quântica. O direito é a ordenação quântica das sociedades humanas. Mas, em matéria de ordenação, por meio do direito, tudo é possível. Assim como a proteína reguladora deve ser considerada como um produto especializado em *engineering* molecular, assim também o direito deve ser considerado como um produto de uma inteligência especializada em *engineering* social. Assim como nenhuma imposição química decide da atuação das referidas proteínas, assim também nenhuma imposição absoluta determina o direito. Assim como essas proteínas se dirigem com autonomia, em conformidade com interesses fisiológicos da célula, também o direito, livre de imposições absolutas, se pode dirigir pelos interesses reais da sociedade, de acordo com os sistemas de referencia efetivamente vigorantes. O direito não pode se sujeitar a não ser aos fins que a sociedade

almeja. A ciência do direito não anunciará jamais que um homem, ou um determinado grupo de homens, poderá desta ou daquela maneira agir como a física não pode, prever o percurso que um elétron ou um grupo de elétrons irá fazer. As leis humanas são, portanto, leis de probabilidade, como as demais leis da sociedade cósmica. A ordenação jurídica é a própria ordenação universal, é a ordenação universal no setor humano. TELLES JUNIOR, Gofredo. O Direito quântico. Ensaio sobre o fundamento da Ordem Jurídica, Max Limond, 1971, p.9-10, 284-286.

33

Edgar Morin, em seus seis livros que formam o método de investigação da teoria da complexidade, deixa claro que a complexidade não é complicação. A ambição do pensamento complexo é dar conta das articulações entre domínios disciplinares que são quebrados pelo pensamento disjuntivo. Este isola o que ele separa e oculta tudo que o liga, interage e interfere. A complexidade aparece onde o pensamento simplificador falha, isto é, a complexidade conduz à eliminação da simplicidade.

[...] A complexidade se impõe primeiro como impossibilidade de simplificar. Ela surge lá onde a unidade complexidade produz suas emergências, lá onde se perdem as distinções e clarezas nas identidades e causalidades, lá onde as desordens e as incertezas perturbam os fenômenos, lá onde o sujeito observador surpreende seu próprio rosto no objeto de sua observação, lá onde as antinomias fazem divagar o curso das racionalizações (MORIN, 2002, p.456).

Diante da dificuldade de compreender e dominar o complexo, nossa tendência é adaptarmos a uma atitude reducionista e de nos voltarmos para os pontos de vistas mais simplistas. A complexidade sempre existiu, mas ela se amplia continuamente. Esta complexificação incessante é o sentido da evolução da vida. À medida que certos aspectos da complexidade são entendidos, outros se manifestam através do imprevisto, o incerto ou ingovernável. Embora não se limite a este aspecto, o termo “complexidade” designa primeiro aquilo que nos escapa, aquilo que temos dificuldade em compreender e dominar, neste aspecto, complexidade se distingue da complicação de que, com esforço, conseguimos chegar ao fim.

Para Morin (2002), complexidade não é complicação. O que é complicado pode se reduzir a um princípio simples como um emaranhado ou um nó cego. Certamente o mundo é

muito complicado, mas se ele fosse apenas complicado, ou seja, emaranhado, multidependente etc, bastaria operar as reduções bem conhecidas: jogo entre alguns tipos de partículas nos átomos, jogo entre 92 tipos de átomos nas moléculas, jogo entre quatro bases no código genético, jogo entre alguns fenômenos na linguagem. Este tipo de redução,

34

absolutamente necessária, torna-se, simplista assim que se torna suficiente, ou seja, pretende explicar tudo. O verdadeiro problema, portanto, não é devolver a complicação dos desenvolvimentos a regras de base simples. A complexidade está na base.

É claro que a universidade e a extensão universitária não estão isentas dessa complexidade. Ela se manifesta, sobretudo, do volume de teorias e modelos de administração, modismos temporários e milagrosos, a incerteza das organizações e a ampliação das interdependências. Adicionado a isto, a globalização da economia, a reforma do Estado, o fortalecimento da sociedade civil, as profundas mudanças da ciência, que têm acelerado ainda mais este movimento para o paradigma da complexidade. A transformação social, muitas vezes, é obtida por complexificação. É aí que os dirigentes encontram o maior desafio que é dotar-se de métodos de pensamento que lhe permitam ao mesmo tempo reinventar o progresso e limitar seus efeitos nocivos. Podemos chamar de complexo o que não podemos compreender e dominar completamente, e que se manifesta em 03 níveis:

- I) A realidade é presumida e complexa em si mesmo;
- II) Os fenômenos não são complexos se o observador não os vê como tal;
- III) Nossa compreensão da realidade condiciona nosso comportamento, ou seja, a complexidade é construída a partir de nossas representações de nosso repertório cultural e lingüístico (MORIN, 2002).

Figura 01 – Representação do Desenvolvimento do Pensamento Complexo segundo Edgar Morin

Em um primeiro estágio, podemos concluir que na complexidade a realidade percebida fica sempre inacabada e incompleta. Além disso, o todo e as suas partes estão ligados em uma dialética dinâmica, o complexo é a conjunção entre ordem e desordem e a instabilidade e a evolução provocam mudanças de estado nos sistemas complexos. Por fim, lógicas diferentes, às vezes antagônicas, coexistem em um diálogo no seio de um sistema complexo (MORIN, 2002).

Quanto à representação da complexidade, Morin (2002a) diz que a realidade não é independente de quem a contempla, as coisas, os acontecimentos, as pessoas, as situações assumem a forma que lhes damos em virtude de nossa visão de mundo, de nossas intenções no momento e do contexto que tudo isto se desenrola. Aqui levantamos um ponto importante que é a dificuldade de representar realidades complexas.

Diante dessa dificuldade, nós nos enganamos e deixamos de lado o sombrio, o incerto e construímos representações artificialmente simples, compreensíveis e transmissíveis. Cada pessoa tem uma forma diferente de compreender a realidade, e é este sistema individual que transforma a realidade que chamamos de sistema de representação. Segundo a natureza deste sistema, certos aspectos da realidade serão selecionados e ordenados de um certo modo em nossa representação da realidade.

Para Morin (2002), há uma parte no nosso sistema de representação que não podemos modificar, que é inata a nossa personalidade, mas há outra parte sobre a qual podemos agir, que podemos ao menos controlar. Os componentes deste sistema de representação são:

I) Os paradigmas presentes, a visão geral do mundo à qual nos referimos;

III) A intenção pessoal, o projeto íntimo que condiciona nossas interpretações.

A teoria da complexidade nos mostra uma dimensão importante do conhecimento que por mais parecidas que as pessoas sejam, trabalhando na mesma universidade, fazendo o mesmo tipo de trabalho, podem ter visões completamente diferentes da realidade e inclusive, com medo do incerto e das mudanças, buscam não intencionalmente, visões simples e reducionistas da realidade. Na universidade, enquanto organização complexa, mistura-se e se sobrepõe lógicas diversas, o próprio pensamento deve se complexificar para apreender as situações e melhor orientar as organizações.

O reconhecimento das particularidades, até mesmo, dos antagonismos, a articulação de lógicas diferentes deve substituir a exclusão que separa a realidade a uma parte de sua riqueza. Lógicas diferentes que podem ser ao mesmo tempo complementares, concorrentes e até mesmo antagônicas, se encontram reunidas e coexistem em uma mesma unidade, sem que suas diferenças não sejam por isso coladas por esta unidade.

Para Morin (2002), não é suficiente, para se conceber o princípio de complexidade, associar noções antagônicas de maneira concorrente e complementar. É preciso considerar também o próprio caráter da associação. Não é somente uma relativização desses termos uns em relação aos outros; é a sua integração no seio de um metassistema que transforma cada um desses termos no processo de um circuito retroativo e recursivo.

Figura 02 – Representação do Circuito Retroativo e Recursivo do Pensamento Complexo segundo Edgard Morin

Desordem Interação Ordem

Organização

Edgar Morin (2002), propõe o processo de *disjunção-conjunção* como alternativa a este modo mono-variável de assumir os problemas: as lógicas são distinguidas uma das outras e suas diferenças são afirmadas, mas não são separadas da problemática global a que pertencem. Sem negar suas respectivas existências, articulam-se uma à outra em virtude de uma lógica superior que as integra sem reduzir suas especialidades. Essa tentativa se opõe completamente àquela que consiste em tirar um elemento de seu contexto, e excluí-lo do todo no qual ele toma sentido.

O principal que se defende é a análise do todo, atualmente a tendência é considerar o ser humano ao mesmo tempo força de trabalho, inteligência, afetividade e individualidade não limitando sua vida às fronteiras das instituições, levando-se em consideração também sua unidade e, na relação com os demais a combinação de bio-psíquico social distinguindo uma das outras sem separá-las da visão do global do indivíduo.

Reinventar o pensamento para reinventar a educação e reinventar a educação para reinventar o pensamento é o que propõe a teoria da complexidade. Para esta teoria é impossível conhecer a parte sem conhecer o todo, tanto quanto conhecer o todo sem conhecer, particularmente, as partes. A teoria da complexidade nos leva a um pensamento para além de um conhecimento fragmentado que, por tornar invisíveis as interações entre um todo e suas partes, anula o complexo e oculta os problemas essenciais. Levam, igualmente, para além de um conhecimento que, por ver apenas globalidade, perde o contato com o particular, o singular e o concreto.

A visão complexa remedia a desunião entre o pensamento científico, que desassocia os conhecimentos e não reflete sobre o destino humano, e o pensamento humanista que ignora as conquistas das ciências, enquanto alimenta suas interrogações sobre o mundo e

orientar esse trabalho que pretende articular o todo com a parte e a parte como todo, religando conhecimentos que estão dispersos.

Nesse aspecto, o paradigma que dominou nossa cultura ocidental por vários séculos e que agora está retrocedendo, consiste em várias idéias e valores entrincheirados, entre os quais a visão do universo como um sistema mecânico composto de blocos de construção elementares, uma visão mecanicista do corpo humano como um conjunto de peças.

Nos últimos anos, a mudança do paradigma mecanicista para o sistêmico (complexo) tem ocorrido em diferentes formas e com diferentes velocidades nos vários campos científicos. Não se trata de uma mudança uniforme, ela envolve revoluções científicas, retrocessos bruscos e balanços pendulares. Um pêndulo caótico, no sentido da teoria do caos, oscilações que se repetem, porém não perfeitamente, aleatórias na aparência e, não obstante formando um padrão complexo e altamente organizado.

A tensão básica é a tensão entre as partes e o todo a ênfase nas partes tem sido chamada de mecanicista, reducionista ou atomística. A ênfase no todo de holística, sistêmica ou complexa. Na ciência do século XX a perspectiva holística tornou-se conhecida como complexa e a maneira de pensar que ela implica passou a ser chamada como pensamento complexo. A principal característica do pensamento complexo emergiu simultaneamente em várias disciplinas na primeira metade do século XX, especialmente na década de 20. Os pioneiros do pensamento complexo foram os biólogos, que enfatizam a concepção dos organismos vivos como totalidades integradas.

Foi posteriormente enriquecido pela psicologia da Gestalt e pela nova ciência da ecologia, e exerceu os efeitos mais importantes na física quântica, uma vez que a idéia central do novo paradigma refere-se à natureza da vida. Para Capra (2003), Aristóteles foi o primeiro

concepções unificadoras, que aplicou as principais disciplinas de sua época. Biologia, física, metafísica, ética e política, sua filosofia e sua ciência dominaram o pensamento ocidental ao longo de dois mil anos depois de sua morte, durante os quais sua autoridade tornou-se quase tão inquestionável quanto a da igreja⁷.

Nos séculos XVI e XVII, a visão do mundo medieval, baseada na filosofia aristotélica e na teologia cristã, mudou radicalmente. A noção de um universo orgânico, vivo e espiritual foi sendo substituída pela noção do mundo como uma máquina, e a máquina do mundo tornou-se a metáfora dominante da era moderna⁸. Essa mudança radical foi realizada pelas novas descobertas em física, astronomia e matemática, conhecidas como a revolução científica e associada aos nomes de Copérnico, Galileu, Descartes, Bacon e Newton (CAPRA, 2003).

René Descartes (1999) criou o método do pensamento analítico, que consiste em quebrar fenômenos complexos em pedaços a fim de compreender o comportamento do todo a partir das propriedades das suas partes. Descartes baseou sua concepção da natureza na divisão fundamental de dois domínios independentes e separados: o da mente e o da matéria. O universo do material, incluindo os organismos vivos, era uma máquina para Descartes e, poderia, em princípio, ser entendido completamente analisando-o em termos de suas menores partes.

Durante o início do século XX os biólogos que se opunham a uma visão mecanicista abordaram o problema da forma biológica aprimorando muitas das idéias básicas de Aristóteles, Goethe e Olivier. Segundo Capra (2003), o bioquímico Lawrence Henderson

⁷ A Gestalt surgiu nas primeiras décadas deste século como uma espécie de resposta ao atomismo psicológico, escola que pregava uma busca do todo psicológico através da soma de suas partes mais elementares; o complexo viria pura e simplesmente da reunião de seus elementos mais simples, era uma escola de adição. A Escola da

Gestalt ou Escola da Forma dizia o contrário: não podemos separar as partes de um todo pois dele elas dependem e não fazem sentido, pelo menos o mesmo, senão enquanto partes formadoras daquele todo. O todo e as partes têm suas propriedades, mas, a interdependência das partes dá ao todo propriedades que são diferentes daquelas que estão em cada uma das suas partes.

⁸ Como na trilogia do Senhor dos Anéis.

40

foi influente no seu caso pioneiro do termo “sistemas” para denotar tanto organismos vivos como sistemas sociais.

Dessa época em diante, um sistema passou a significar um todo integrado cujas propriedades essenciais surgem das relações entre suas partes, e pensamento sistêmico, a compreensão de um fenômeno dentro de um contexto de um todo maior. Esse é de fato, o significado raiz da palavra sistema, que deriva do grego *synhistanai* (colocar junto). Entender as coisas sistemicamente significa, literalmente, colocá-las dentro de um contexto, estabelecer a natureza de suas relações.

A base dessa concepção está na idéia de que uma das características chaves da organização dos organismos vivos com a sua natureza hierárquica. Uma propriedade que se destacava em toda a vida é a sua tendência para fundar estruturas multiniveladas de sistemas dentro de sistemas. Cada um desses sistemas forma um todo com relação às suas partes, enquanto que, ao mesmo tempo, é parte de um todo maior. Desse modo, as células combinam se para formar tecidos, os tecidos para formar órgãos e os órgãos para formar organismos. Estes, por sua vez, existem dentro de sistemas sociais e de ecossistemas. Ao longo de todo o mundo vivo, encontramos sistemas vivos aninhados dentro de outros sistemas vivos.

Desde os primeiros dias da biologia, essas estruturas multiniveladas foram denominadas hierarquias. Entretanto, esse termo pode ser enganador, uma vez que deriva das hierarquias humanas, que são estruturas de dominação e de controle absolutamente rígidas muito diferente da ordem multinivelada que encontramos na natureza. A importante concepção de rede – a teia da vida – fornece uma nova perspectiva sobre as chamadas hierarquias da natureza.

Aquilo que os primeiros pensadores sistêmicos reconheciam com muita clareza é a existência de diferentes níveis de complexidade com diferentes tipos de leis operando em cada nível de fato, a concepção de complexidade organizada tornou-se o próprio assunto da

41

abordagem sistêmica. Em cada nível de complexidade os fenômenos observados exibem propriedades que não existem no nível inferior.

As idéias anunciadas pelos biólogos sistêmicos durante a primeira metade do século XX ajudaram a dar luz a um novo modo de pensar – o pensamento sistêmico ou complexo – em termos de conexidade de relações de contexto. De acordo com a visão sistêmica, as propriedades essenciais de um organismo, ou sistema vivo, são propriedades do todo, que nenhuma das partes possui.

Elas surgem das interações e das relações entre as partes. Essas propriedades são destruídas quando o sistema é dissecado física ou teoricamente, em elementos isolados. Embora possamos discernir partes individuais em qualquer sistema, essas partes não são isoladas, e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma das partes. A emergência do pensamento complexo representou uma profunda revolução na história do pensamento científico ocidental.

A crença segundo a qual em todo sistema complexo o comportamento pode ser entendido inteiramente a partir das propriedades de suas partes é fundamental no paradigma cartesiano. O grande impacto que adveio com a ciência do século XX foi à percepção de que os sistemas não podem ser entendidos pela análise. As propriedades das partes não são propriedades intrínsecas, mas só podem ser entendidas dentro do contexto do todo mais amplo.

Desse modo, a relação entre as partes e o todo foi revertida. Na abordagem sistêmica, as propriedades das partes podem ser entendidas apenas a partir da organização do

todo. Em consequência disso o pensamento complexo concentra-se não em blocos de construção básicos. O pensamento complexo é contextual o que é o oposto do pensamento analítico. A análise significa isolar alguma coisa a fim de entendê-la. O pensamento sistêmico significa colocá-la no contexto de um todo mais amplo (CAPRA, 2003).

42

Nesse sentido, a física quântica mostra que não podemos decompor o mundo em unidades elementares que existem de maneira independente quando desviamos nossa atenção dos objetos macroscópicos para os átomos e as partículas subatômicas, a natureza não nos mostra blocos de construção isolados, mas, em vez disso, aparece como uma complexa teia de relações entre as várias partes de um todo unificado. O mundo aparece assim como um complicado tecido de eventos, no qual conexões de diferentes tipos se alternam, se sobrepõem ou se combinam e, por meio disso, determinam a textura do todo⁹.

Para Castells (2003), a nova ciência da economia enriqueceu a emergente maneira sistêmica de pensar introduzindo novas concepções – comunidade e rede – considerando uma comunidade como um conjunto de organismos aglutinados num todo funcional por meio de suas relações mútuas. Os ecologistas facilitaram a mudança de foco aplicando os mesmos tipos de concepções a diferentes níveis de sistemas. Desde o começo da ecologia, as comunidades ecológicas têm sido concebidas como reuniões de organismos conjuntamente ligados à maneira de rede por intermédio de relações de alimentação.

Segundo Capra (2003), a teia da vida é, naturalmente, uma idéia antiga que tem sido utilizada por poetas filósofos e místicos ao longo de eras para transmitir seu sentido de entrelaçamento e de interdependência de todos os fenômenos. À medida que a concepção de rede tornou-se mais e mais proeminente na ecologia, os pensadores sistêmicos começaram a utilizar modelos de rede em todos os níveis dos sistemas, considerando os organismos como redes de células, órgãos e sistemas de órgãos, assim como os ecossistemas são entendidos

como redes de organismos individuais.

A concepção de sistemas vivos como redes fornece uma nova perspectiva sobre as chamadas hierarquias da natureza. Desde que os sistemas vivos, em todos os níveis, são redes, devemos visualizar a teia da vida como sistemas vivos (redes) interagindo à maneira de rede

⁹ A teoria quântica com a sua nova conceituação sobre a matéria e os seus intrigantes postulados, gerou debates não só no âmbito das ciências exatas, mas também no da filosofia, provocando assim uma grande revolução intelectual no século XX.

43

com outros sistemas (redes). Podemos descrever esquematicamente um ecossistema como uma rede com alguns nodos. Cada nodo representa um organismo o que significa que cada nodo, quando amplificado, aparece, ele mesmo como uma rede.

Em outras palavras, a teia da vida consiste em redes dentro de redes. Em cada escala, sob estreito e minucioso exame, os nodos da rede se revelam como redes menores. Tendemos a arranjar esses sistemas, todos eles aninhados dentro de sistemas maiores, num sistema hierárquico colocando os superiores acima dos inferiores, à maneira de uma pirâmide, mas isso é uma projeção humana. Na natureza, não há acima ou abaixo e não há hierarquias. Há somente redes aninhadas dentro de redes.

No quadro analítico abaixo apresentamos uma comparação entre o paradigma mecanicista que predominou na ciência do século XX e o paradigma sistêmico, complexo ou holístico introduzido pela abordagem sistêmica na teoria política contemporânea.

Quadro 01 - Características principais dos paradigmas científicos da modernidade

Paradigma mecanicista	Paradigma complexo
A totalidade é a soma de suas partes.	O sistema é maior do que a soma de suas partes. Em última instância, partes são abstrações, a natureza e seus fenômenos não podem ser compreendidos a não ser por meio de suas relações com a totalidade do sistema que é dinâmico e multiestratificado.

Fenômenos e eventos são estudados de forma isolada.	Os fenômenos e eventos são estudados como interconexões dinâmicas e sistêmicas no tempo e no espaço
---	---

Paradigma mecanicista	Paradigma complexo
O observador está separado daquilo que observa. A completa objetividade é impossível, principalmente porque o observador pode separar os fatos dos valores qualitativos.	Observador e observado estão em relação recíproca. Aquilo que o observador escolhe para observar, o modo como ele estuda e interpreta suas descobertas é afetado por suas prioridades, valores, premissas teóricas e perspectivas. Somente a objetividade relativa é possível.
O conhecimento racional e o pensamento lógico estão separados e são superiores à intuição, emoção e espiritualidade.	Para a plena realização do potencial humano, sem distorções, o racional e o lógico devem ser complementados e estar em sinergia ¹⁰ com o emocional, o intuitivo e o espiritual.
Uma preferência pela análise, redução e estudo através da fragmentação de algo em suas partes separadas e raciocínio por exclusão.	Uma preferência pela síntese e visão de conjunto.
Os problemas são vistos como eventos lineares/ solução e causa/efeito. Uma resolução técnica é possível.	No sistema, os problemas são aspectos interligados de uma rede causal multifacetada e dinâmica: as soluções e seus efeitos repercutem em todo o sistema, produzindo novos efeitos que agem como causas em outras partes do sistema. Resoluções técnicas não são possíveis.
O conhecimento é dividido em especialidades, disciplinas separadas e em modalidades estanques de experiência econômica, ambiental, política, social etc.	O conhecimento é fundamentalmente indivisível em especialidades e modalidades estanques de experiência.

<p>Os seres humanos são diferentes do mundo natural e dos sistemas naturais, podendo dominar e controlar ambos.</p>	<p>A vida humana está imersa na natureza e os seres humanos estão contidos em sistemas naturais; agir como se assim não fosse, destrói a natureza e coloca em risco a sobrevivência de nossa espécie.</p>
<p>A natureza fragmentada da realidade – e da nossa própria fisiologia e psicologia – exigem a existência do conhecimento especializado de profissional para nos ajudar.</p>	<p>Uma visão mais ampla do potencial humano permite-nos adquirir gradualmente a capacidade de resolver nossos problemas e transformar nossas vidas. Nossa dependência de especialistas irá diminuir á medida que isso ocorrer.</p>

Fonte: PIKE, Graham e SELBY, David. Educação Global. São Paulo: Texto Novo, 1999.

¹⁰Sinergia é o efeito combinado da interação interdependente das partes.

45

Ante o exposto, a abordagem sistêmica ou teoria da complexidade nos fornece o suporte epistemológico necessário para o estudo do fenômeno de surgimento de redes em todos os espaços sociais, inclusive, na universidade e na extensão universitária. É esse fenômeno de reestruturação da sociedade e das instituições em redes que estamos examinando a partir de uma análise do movimento extensionista no Brasil. Sendo assim, cumpre ainda esclarecer alguns aspectos relacionados às redes no campo da educação.

2.2. A EDUCAÇÃO EM REDE

Desde o início dos tempos a idéia de rede ou teia tem estado presente no imaginário coletivo da humanidade. Para Jamie Sans (2004) A teia da vida é criada por um fluxo divino de consciência e de força vital, e também pelas coisas não-físicas que os seres

humanos criam, como sentimentos, pensamentos, inspiração, opiniões, julgamentos, imaginação, sonhos, aspirações, intenções e criatividade pura. Todos estes elementos contêm energia, mas nós não os vemos como objetos físicos, percebemos estes apenas quando os experimentamos em nós mesmos; só então se tornam reais para nós. Poucos dentre nós, entretanto, entendem que as energias invisíveis criadas pelos seres humanos criam redes mentais, emocionais e espirituais de força vital, que interagem e influenciam toda a dimensão física.

A teia da vida é a rede de todas as energias criativas humanas que interage com a força vital contida em cada átomo da criação e abrange todas as coisas do nosso universo. Antes que essa rede de energia assuma características ou forma física, ela é criada por nossos sentimentos, pensamentos e pontos de vista, que estão repletos de energia.

46

Cada vez que agimos, ou reagimos a algo que acontece em nossas vidas, um pensamento, sentimento, ponto de vista ou julgamento está presente. Estes pensamentos possuem força vital própria e influenciam diretamente a forma como vivemos. Quando mudamos nossa forma de pensar, sentir, ou as opiniões que temos, nossa experiência de vida também se modifica. A teia da vida reage às mudanças que fazemos em nós mesmos e nos oferece novas oportunidades a cada vez que abrimos a percepção para novas possibilidades, alterando os hábitos que nos mantinham presos a rotinas fechadas.

Na mitologia grega as redes nos remetem as representações que simbolizam a natureza imaterial e espiritual da vida. O deus das forjas, Hefesto, capturou com uma rede de malha metálica Afrodite e seu amante Ares. Segundo Chevalier (1998 *apud* GOMÉZ, 2005) a rede ou *dam* é uma arma espiritual que Deus e os anjos confiaram a Binyamin como o receptáculo das forças divinas, atribuindo-lhe a função de caçador divino. Binyamin, sendo o detentor da rede, representa a humanidade e, com seu esforço, evoca a busca eterna pela

divindade que escapa de quem não a persegue apaixonada e aventurosamente (GOMÉZ, 2005).

Na Índia, a rede ou teia da vida é uma espécie de símbolo da ordenação cósmica e, por sua estrutura em forma de raios, é também um símbolo da irradiação do espírito divino. Entre os indígenas a rede ou teia dos sonhos é um símbolo de proteção contra os espíritos malignos aproximando-se dos círculos criativos de vida, entrelaçando harmoniosamente ser humano, cosmo e natureza.

A idéia de que o universo se organiza em uma grande teia formada pela inter-relação de todas as coisas e que o pensamento científico deve prover meios para assimilar essa concepção vem sendo adotada por diversos autores. Nesse sentido, o filósofo e teólogo Leonardo Boff afirma:

47

[...] todos nós somos inter-retro dependentes uns dos outros, que formamos uma vasta teia que é a grande comunidade dos seres da terra, do universo.

De que somos um elo, de que falávamos antes da cadeia da vida, e de que tudo tem a ver com tudo em todos os pontos, em todos os movimentos. Que a tese central da física quântica de Werner Heisenberg e Niels Bohr, a ponta da física hoje que está na base da compreensão da nova realidade.

Continua Boff,

[...] O universo não é a soma de todas as coisas que existem, o universo é a articulação de todas as relações que existem, porque todos estamos enredados nessas relações. Então o que se impõe é respeitar toda a alteridade, respeitar cada ser (BOFF, 2005, p.41).

As sociedades, compreendidas como sistemas, também se organizam em redes assim como os organismos vivos. Castells em seus três livros: *A Sociedade em Rede* (2003), *O Poder da Identidade* (2002), e *Fim de Milênio* (2000) se desdobra na análise e identificação de uma nova estrutura social marcada pela presença e o funcionamento de um sistema de redes interligadas que ele chamou de sociedade rede. Sua análise revela, assim, os contornos de uma sociedade globalizada e centrada no uso e aplicação da informação e na qual a divisão do

trabalho se efetiva não tanto segundo divisões territoriais, embora isso também continue a ocorrer, mas, sobretudo segundo um padrão complexo de redes interligadas. Para Castells (2003), no fim do segundo milênio da era cristã, vários acontecimentos de importância histórica transformaram o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação começou a remodelar a base material da sociedade em ritmo acelerado. Em outras palavras:

[...] o capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por maior flexibilidade de gerenciamento; descentralização das empresas e de sua organização em rede, tanto internamente quanto em suas relações com outras empresas; considerável fortalecimento do capital em relação ao trabalho; com o declínio concomitante da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; incorporação maciça das mulheres na força de trabalho remunerada (geralmente em condições discriminatórias; intervenção estatal para desregular os mercados de forma seletiva e desfazer o Estado do bem estar social com diferentes intensidades e orientações, dependendo da natureza das forças e instituições políticas da sociedade; aumento da concorrência econômica global em um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos (CASTELLS, 2003, p.27).

48

Para Castells (2003), todo esse processo representa a emergência de um novo paradigma social lastreado nas novas tecnologias da informação e comunicação, do qual resultariam uma nova estrutura social (a sociedade em rede) uma nova economia (a informacional global) e uma nova cultura (a virtualidade do real). Na perspectiva defendida por este autor, as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura nas sociedades e instituições.

Sobre isso Castells (2003) reconhece em sua obra que as redes nas sociedades não são uma coisa nova. A sociedade em rede tem pelo menos cinco séculos, contudo, ele afirma que apesar das redes terem existido em outros tempos e espaços, nos últimos trinta anos, podemos observar que as redes se tornaram uma nova forma de organização social nunca antes vista, onde a tecnologia da informação e da informática seria a base para uma rede que

tudo alcança no mundo todo.

Nesse sentido, na atualidade, as redes seriam concebidas como um conjunto de nós ou elos (*clusters*¹¹) interconectados em tempo real com uma forma de organização sem hierarquia, horizontal, autônoma, conectada, participativa e democrática em que o centro do poder está em toda à parte e onde, portanto, controle, avaliação e outros mecanismos de gestão são vistos muitas vezes como cerceadores de sua liberdade natural.

Segundo Euclides André Mance (1999), a revolução das redes poderá permitir uma autônoma transformação cultural das sociedades, afirmando-se uma ética e uma visão de mundo mais solidária. A expansão de redes de colaboração solidária locais, regionais, nacionais e mundiais tende a permitir a democrática construção de uma viável alternativa pós capitalista à globalização em curso, possibilitando o desenvolvimento sustentável que tenha

¹¹ O termo *cluster* ou aglomerado é usado para indicar uma inter-relação entre pessoas, grupos ou outros agentes. Ele caracteriza-se pela existência de interdependências entre os agentes. Este tipo de arranjo facilita a aprendizagem coletiva e a inovação através de coordenação implícita e explícita.

como horizonte imediato e último à expansão das liberdades públicas e privadas, eticamente, referenciadas¹².

Autores como Warren (2003) afirmam que a proliferação de redes caracteriza a movimentação atual das organizações sem fins lucrativos. Percebe-se, portanto, a evolução em direção à complexidade nas abordagens e propostas, com opção de estruturas organizacionais que permitam a diversidade e compartilhamento de objetivos comuns, mantendo-se as diferenças de identidade.

Figura 03 – Modelo de organização social

Modelo de bola de bilhar Modelo em forma de rede

Fonte: Pike e Silbe, 1999.

¹² O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: o conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade; a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras. Em seu sentido mais amplo, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa a promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza.

50

O que estamos falando pode ser ilustrado pelas figuras acima onde a transformação do mundo de uma coleção de partes, em uma rede pode ser representada, simbolicamente, com um modelo de bola de sinuca e uma rede global. Na figura abaixo, na mesa de sinuca, somente a superfície externa das bolas (partes) está em contato. A interação é de superfície, até mesmo as colisões ocasionais, mas a estrutura relacionamento dentro de cada bola (partes) continua em geral a mesma. No mundo moderno o modelo sinuca cedeu lugar ao modelo mais complexo e intrincado da rede de relacionamento onde as partes se encontram interligadas.

Portanto, a organização em rede permite essa liberdade. Nessa perspectiva, as

novas formas de gestão baseada em flexibilidade, trabalho em equipe, agilidade na distribuição de informações etc culminaram com o desenvolvimento de organizações articuladas em rede. Nossa hipótese é de que essa forma de organização está sendo cada vez mais utilizada, permitindo uma maior troca de informações e cooperação, não só em níveis operacionais, mas também no âmbito estratégico dessas organizações.

Nesse sentido a participação ativa das pessoas envolvidas é fundamental para que as instituições realizem transformações sociais. Sendo estruturas flexíveis e estabelecidas horizontalmente, as dinâmicas de trabalho das redes supõem atuações colaborativas que se sustentam pela vontade e afinidade de seus integrantes, caracterizando-se como um significativo recurso organizacional para a estruturação social.

Deste modo, existe toda uma nova compreensão da ciência, bem como, da organização social a orientar o processo de formação de redes sociais. Pessoas, grupos e instituições buscam cada vez mais se organizar na forma de rede. Nesse aspecto, a realidade social tem um enorme dinamismo, que se manifesta por inesperados caminhos e em irradiações nem sempre visíveis para aqueles que olham a realidade em seus aspectos mais aparentes.

51

Nesse sentido, temos evidências empíricas de que nas últimas décadas as sociedades modernas passaram por transformações que passaram da valorização das organizações (*Works organizations*), como agentes do desenvolvimento, para mais recente o reconhecimento crescente da importância das articulações, intercâmbios e formação de redes temáticas (*network organizations*).

Na educação a rede tem como eixos os seres humanos, como sujeitos do processo, a mediação pedagógica e o desenho participativo, pois, o homem, ao estar sendo, em relação a si mesmo e em relação ao outro, mediatizado pelo mundo, gera um processo cultural do qual

os dispositivos da rede fazem parte. Na rede, o diálogo e a comunicação dão sustento a uma educação mediada pelas novas tecnologias e nesses espaços a dimensão política, econômica, social e cultural se manifesta e não estão isentas de paradoxos e conflitos.

Por este motivo, a educação em relação às redes recai necessariamente na dimensão política, na organização social das pessoas a partir de seus saberes e de suas identidades, na construção coletiva do conhecimento, na metodologia dialógica e na permanente relação texto/contexto. É, portanto, na releitura do mundo, na investigação, na tematização e na problematização dos fazeres, dizeres e saberes dos seres humanos que se busca um movimento de tomada de consciência e ação transformadora em uma sociedade multi, inter transcultural.

Nesse sentido, as redes estão mudando o modo de se fazer o cotidiano da educação e, quando aliadas à prática se tornam um dispositivo sem fronteiras, especialmente, no momento, em que se tem assumido definitivamente que a educação não é monopólio da escola ou da universidade e se realiza em outros lugares. A coerência com os princípios básicos da educação se estabelece quando constatamos que nas redes opera o processo antropológico de “vir-a-ser”, o “dever”, que nos leva a percorrer caminhos insuspeitos, a ser eternos andarilhos na busca de nós, do outro e do mundo (GOMEZ, 2005).

52

É também numa abertura ao outro que reconhecemos que não existe nas redes uma “inteligência” individual e sim uma “inteligência” coletiva, resumida na frase imortalizada por Freire (1975) “Ninguém educa a ninguém, os homens se educam entre si mediatizados por seu mundo”. Assim, com base no princípio da alteridade, numa espécie de aprendizado coletivo, como sujeitos de um processo, reconhecemos no outro um sujeito que busca ser um dever permanente, inacabado, produto do diálogo crítico, da reflexão da ação social.

Um mundo interconectado nos apanha em uma rede que pode nos pulverizar ou libertar. Para nos contrapormos a processo perversos dentro das redes, que utilizam as tecnologias da informática para gerar novos espaços de poder relacionados ao saber, ao conhecimento e às inovações educacionais, devemos dar a educação nesse espaço o sentido de uma prática concreta de libertação e de construção histórica. Nas redes, devemos ser todos sujeitos aprendizes, solidários num projeto comum de construção de uma sociedade na qual não exista, por exemplo, dominadores e dominados.

O processo de comunicação nas redes vai gerando um espaço não só físico como virtual e os seres humanos, ao reinventar sua prática em um mundo globalizado, se colocam em movimento e estabelecem conexões com outros, gerando comunidades por ele não percebidas até então. As redes tornam-se revolucionárias, porque nelas o poder não é possuído, mas é exercido e procede por variações múltiplas.

Às várias concepções de rede correspondem a um modo de ser e estar, um tipo de compreensão do mundo e um estilo de comunicação educativa. Entender as mudanças que as redes estão gerando na educação vai além da análise do acesso a tecnologia até o domínio da cultura. Nos dias atuais, a cultura é gerada pela informação, pelos documentos interativos interconectados e pelas telecomunicações recíprocas e assíncronas, que se dão dentro do grupo e entre o grupo. Ela também se destaca por não ter um centro nem diretrizes. As redes

53

são uma expressão que indica esse processo, com intensa repercussão na vida social, econômica e política que, ao transformar as condições de vida, também dá novo sentido à prática educativa.

Contudo, a interatividade na rede não é neutra e manifesta a diferença cultural dos participantes que se atualiza em cada intercâmbio, levando-nos a pensá-las como um novo universal, uma vez que incorpora todos os conteúdos que se conectam por suas cargas

semânticas. As correlações aí geradas vão formando redes que, ao se reorganizar, atualizam se com finalidades específicas.

Nesse contexto, a educação afirma-se como um processo interativo, processual de aprendizagem grupal, cooperativo, dialógico e de comunicação. Tanto quanto a educação convencional, a educação na rede encontra-se ancorada em um fato tecnológico e cultural, que diz respeito ao uso generalizado das novas tecnologias, em tono do qual se criam possibilidades de relações humanas de enorme impacto social, econômico e político, em nível local e global, gerando novos espaços de poder relacionados ao conhecimento nos quais encontramos brechas para ações educativas.

Por este motivo, a educação dentro das redes refere-se tanto ao reconhecimento de saberes básicos e à compreensão crítica da realidade, quanto ao aprendizado de conhecimentos de informática para operar computadores conectados a rede mundial. A comunicação é o eixo de uma educação democrática, igualitária e dialogal. Essa é uma importante condição, para que a rede como dispositivo social de comunicação opere o desenvolvimento de uma educação emancipadora e multicultural.

A educação na rede, por ser dialógica, uma trama, pressupõe a autonomia e a cooperação para resolver problemas comuns, vitais e sociais. Estes extrapolam o âmbito escolar se expandido por diversos espaços na busca do aprendizado e da consciência humana.

54

Todas essas questões apresentadas acima, que definem a importância das redes para a sociedade moderna e para a educação, despertaram o nosso interesse em estudar esse fenômeno na extensão universitária, função da universidade, que está mais suscetível a essas inovações. Talvez, a idéia de rede seja a mais importante noção para a educação contemporânea na medida em que possibilita a superação de vários problemas do passado em relação a uma educação individual e elitista.

Como toda ciência complexa é também contextual, no próximo item discutiremos o contexto da investigação que passa pelo fenômeno da globalização e atinge a universidade e a extensão universitária. Nosso propósito é compor, com a maior riqueza de detalhes possível, o complexo cenário, político, econômico social, cultural e educacional em questão se desenvolvendo as redes de extensão no Brasil.

2.3. A GLOBALIZAÇÃO E A SOCIEDADE EM REDE

Estamos vivendo em um momento de grandes mudanças, marcado por desafios e ameaças que é representativo de uma nova sociedade que está em formação. No passado, as máquinas a vapor deram início à sociedade industrial. Hoje, os avanços na área da comunicação e informática dão início à sociedade informacional. Deste modo, a educação enfrenta hoje um período de mudanças em escala mundial, orientados pela sociedade da informação como afirma Jacques Delors no informe sobre educação no século XXI do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Para Castells, a intensidade, velocidade e impacto dessas mudanças, que criam fluxos de interações e redes locais, nacionais e globais obrigam todos nós a repensar os vínculos entre educação e sociedade, política e economia, cultura e desenvolvimento¹³.

¹³A informação e o conhecimento passam a ter um papel chave no sistema capitalista. Não queremos com essa afirmação negar o papel preponderante da informação e do conhecimento no desenvolvimento das sociedades.

Contudo, a mistificação e mitificação da globalização e a exacerbação de seus efeitos e possibilidades têm impedido uma avaliação mais apurada do fenômeno e de suas repercussões para a vida das pessoas. Para Outhwaire e Bottomore (1996), a globalização é um processo pelo qual a população do mundo se torna cada vez mais unida em uma única sociedade.

A criação de uma sociedade mundial já não é um projeto de um Estado-nação hegemônico, e sim o resultado não direcionado da intenção social em escala global. Segundo estes autores, a globalização produz efeitos em campos variados como a filosofia, a sociologia, a geografia, a economia, a educação o que indica que não se trata de uma moda passageira, mas, de um fenômeno com profundas conseqüências para a vida das pessoas.

Para os economistas, entre eles Paulo Sandroni (1997), a globalização é um processo associado à quebra das barreiras nacionais à operação dos mercados de capital que teve início no começo dos anos 80. Isso resultou em negócios simultâneos nos principais mercados de Nova York, Londres, Tóquio e Frankfurt, de tal forma que o movimento dos mercados se encontra evidentemente fora do âmbito do controle de qualquer agência nacional.

Cumprir destacar, no entanto, que o processo de globalização não pode ser restrito ao conceito de internacionalização de mercados ou de integração econômica, como quer Sandroni (1997), pois, se assim for, seu caráter contemporâneo estaria comprometido já que, *stricto sensu*, este processo começa com a construção das grandes caravelas que permitiram aos portugueses singrar os mares e intensificar o comércio intercontinental.

Não é por outro motivo que muitos autores, entre eles Teixeira (2002) e Castells (2003), admitem que a globalização não é um fenômeno recente, mas que sua importância foi apenas ampliada, nos últimos anos, com a sofisticação do mercado financeiro e com o grande avanço das comunicações e da informática. Na verdade o que torna contemporânea a

Contudo, é inegável que na atualidade o conhecimento passa a ser o principal fator de produção dentro da sociedade, na medida em que ele é potencializado pelas novas tecnologias de informação e comunicação.

56

definição de globalização é a compreensão que este processo necessita de uma abordagem complexa que envolve conceitos multidisciplinares que transcendem a ótica meramente econômica.

Para Castells (2003), a globalização não se restringe, portanto, aos aspectos

econômicos, mas envolve, também, questões relacionadas ao desenvolvimento tecnológico, aos meios de comunicação, à cultura e a dezenas de outros aspectos não menos importantes. Não há dúvida, porém, de que, inicialmente os efeitos desse processo foram mais intensos no âmbito do ordenamento econômico e das relações comerciais.

A formação de grandes blocos de comércio, a exemplo da Associação de Livre Comércio das Américas (ALCA) e do MERCOSUL, o acelerado processo de desregulamentação e a redução de tarifas ampliaram, sobremaneira, o intercâmbio entre as nações, delimitando novos padrões de produção e competitividade. Pode-se mensurar esse impressionante crescimento do comércio internacional com o aumento do fluxo de exportações mundiais que atingiu em 1996, cifra superior a sete trilhões de dólares.

Esta expansão do intercâmbio internacional de produtos e serviços, aliada à ampliação dos sistemas financeiros, ao avanço tecnológico, especialmente nas áreas de comunicação e informática, e aos demais sistemas que integram o processo de globalização, determinou grandes modificações no que se refere ao mercado de produtos e de fatores. A globalização passou a requerer novos padrões de eficiência do setor privado, instaurando uma verdadeira ditadura da produtividade que exigia a otimização gerencial e administrativa e a redução de custos. Num quadro como esse, o objetivo básico das empresas passou a ser o aumento da produtividade, tirar mais eficiência do mesmo equipamento para, assim, fazer frente à competição internacional.

Naturalmente tornou-se fundamental a modernização tecnológica para permitir aumentar produtividade e reduzir custos de mão-de-obra. O setor privado passou, assim, a

57

obter ganhos de eficiência no mercado de fatores de produção, aumentando a eficiência média das economias. O paradigma da globalização estabelecia, portanto, a necessidade de um setor empresarial de alta produtividade, capaz de competir, internacionalmente, em qualquer

mercado.

O reinado do binômio aumento da produtividade e redução de custos induziu, concomitantemente, a um processo de fusões e incorporações no âmbito do setor privado e à melhoria de relacionamentos. As fusões permitiram que as empresas ampliassem suas escalas de produção, aumentassem a produtividade e reduzissem custos, posicionando-se melhor nos mercados nacional e internacional. Estava patenteado que no mundo globalizado a produção em grande escala era a base para viabilizar a inserção no mercado. Por outro lado, a melhoria de relacionamentos com fornecedores e clientes e novas formas de cooperação interempresarial baseadas nas redes se tornaram mecanismos importantes para enfrentar um mercado mais competitivo.

Além dessas formas, surgiram, com força no mercado, duas tendências importantes: a diversificação e a diferenciação de produtos e serviços. A diversificação foi uma maneira das empresas ampliarem seu leque de oportunidades, fugindo da especialização excessiva que levava ao estreitamento das possibilidades de inserção no mercado. Sem dúvida, nesse mundo extremamente competitivo, em que o crescimento econômico se dirige sempre no sentido de produzir mais em tempo menor e com reduzida quantidade de trabalhadores, traz, como efeito colateral, o aumento dos níveis de desemprego, o trabalho infantil, o trabalho escravo, a violência, entre outros males sociais que demonstram, claramente, os riscos associados a tal processo.

No setor privado, a globalização tem gerado uma situação paradoxal em que o sistema produzia cada vez mais sem, contudo, gerar massa salarial para que tal riqueza fosse consumida. No que tange ao setor público o processo de globalização exigiu, igualmente, uma

redefinição de funções e uma nova postura por parte do aparelho estatal. Para dar consistência à lógica do modelo, far-se-ia necessário eliminar as ineficiências estruturais da gestão pública,

especialmente no que concernia ao suporte de infra-estrutura, de modo a reduzir o custo do país e viabilizar uma maior produtividade média ao sistema econômico. É aí que se inserem as políticas de minimização do papel do Estado, a ampliação das privatizações e concessões e a necessidade de reestruturação da máquina pública.

O avançar desse processo deixou claro que o paradigma da globalização, por suas próprias características, estava baseado, entre outros aspectos, na existência e disponibilidade de mão-de-obra capaz de exercer as atividades exigidas num mundo em que é a competitividade que estabelece as regras do jogo. O recurso humano aparece, assim, como elemento fundamental para os países que desejam se inserir no processo de globalização de forma ativa e não dependente.

Sem dúvida, nessa nova fase do desenvolvimento mundial, estão estabelecidos novos parâmetros para a formação de profissionais em que o conhecimento específico é condição necessária, mas não suficiente para sua absorção por um mercado cada vez mais competitivo.

Examinando o fenômeno da globalização Castells (2003) afirma que com a globalização uma nova economia surgiu em escala global. A globalização corresponde a uma nova situação mundial criada, pelo surgimento do que tem sido descrito como capitalismo global, produção flexível, capitalismo tardio etc.

Para a maior parte dos interpretes desse fenômeno, no processo de globalização a rigidez do Estado-nação tem sido abalada minando as possibilidades do exclusivismo nacional, obrigando-nos a olhar para o lado e pensar além das nossas fronteiras. Sem dúvida, as novas tecnologias aumentaram a extensão espacial e também a velocidade da produção a um nível incalculável.

A produção parece estar mudando constantemente sua localização, daí a

existência de uma produção flexível. Por essas razões, existe, de fato, uma nova fase do capitalismo. Segundo Pinho (2001, p.29) “com a descentralização do capitalismo nacionalmente é cada vez mais difícil apontar qual nação ou região é o centro do capitalismo global”.

A produção no capitalismo é de fato altamente concentrada na empresa, com o poder instalado nas empresas transnacionais que por definição transcendem as nações em organização e lealdade. O poder do Estado de regular à economia interna é restringido, enquanto a regulamentação e a defesa global da ordem econômica surge como um dever maior do Estado. A transnacionalização da produção é fonte ao mesmo tempo de uma unidade global sem precedentes e de uma fragmentação inédita na história do capitalismo. A nova configuração global também levanta a questão sobre as distinções entre o primeiro e o terceiro mundo.

Parte do que era o terceiro mundo está hoje nos caminhos do capital transnacional e pertence ao setor desenvolvido da economia mundial. E parte do primeiro mundo marginalizada na nova economia global, quanto ao seu modo de vida, mal pode ser distinguida do terceiro mundo. Com a nova produção flexível não é mais preciso utilizar coerção explícita contra os trabalhadores. Esses povos ou lugares que não respondem às necessidades do capital, ou estão muito deteriorados para responder com eficácia ou, simplesmente, se encontram fora desse caminho. Segundo Pinho (2001, p.42), “quatro quintos da população mundial não precisam mais ser colonizados são, simplesmente, marginalizados”.

A reforma de Margareth Thatcher visava à reorganização política do mundo para dar domínio livre a um capitalismo global. A derrocada dos Estados socialistas foi uma parte do programa. Outra foi dominar o terceiro mundo por cerco com sanções econômicas ou

invadindo quando necessário (Como no caso do Iraque). Para Pinho (2001, p.43), “sem

dúvida a melhor opção é o controle interno obtido com a criação de classes receptivas à incorporação ao capital global ou aliança com ele”.

Ao passo que emergem as fissuras entre espaço local, translocal e nacional, o território como base para a lealdade e o sentimento nacional está cada vez mais divorciado do território como lugar da soberania e controle estatal da sociedade civil. Para Pinho (2001, p.33), “isto não é um bom presságio sobre o futuro do Estado, ao mesmo tempo em que, coloca sobre ele as expectativas de conter os avanços do mercado”.

Analisando o processo de globalização Castells (2003) afirma que o novo capitalismo global é visto como uma nova divisão internacional do trabalho, isto é, a transnacionalização da produção onde, pela subcontratação o processo de produção é globalizado. Segundo este autor, estão mudando os processos econômicos, mas, também, a própria prática política da organização das ONG's e dos movimentos globalizados como o ambientalismo, o feminismo e os direitos humanos.

[...] uma nova economia surgiu em escala global no último quartel do século XX, chamo-a de informacional, global e em rede para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação. É informacional porque a produtividade e a competitividade de unidades ou agentes nessa economia dependem basicamente de sua capacidade de gerar, processar e aplicar de forma eficiente à informação baseada em conhecimento (CASTELLS, 2003, p.119).

Continua Castells,

É global porque as principais atividades produtivas, o consumo e a circulação, assim como seus componentes (capital, trabalho, matéria prima, administração e informação, tecnologias e mercado) estão organizados em escala global, diretamente ou mediante uma rede de conexões entre agentes econômicos. É rede porque, nas novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma Rede global de interação entre redes empresariais. Essa nova economia surgiu no último quartel do século XX porque a revolução da tecnologia da informação forneceu a base material indispensável para sua criação. É a conexão histórica entre a base de informações/ conhecimentos da economia, seu alcance global, sua forma de

organização em Rede e a revolução da tecnologia da informação que cria um

novos sistema econômico distinto. (CASTELLS, 2003, p.119).

Castells (2003) afirma que estamos testemunhando um ponto de descontinuidade histórica. A emergência de um novo modelo tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo. Nesse sentido, ele reconhece a existência de um processo independente que começa a ser gerado no final dos anos 60 e princípio dos anos 70 e converge hoje para a gênese de um novo mundo: a revolução das tecnologias da informação. Essa revolução atua remodelando as bases materiais da sociedade e induzindo a emergência de um novo referencial – o informacionalismo – como base material de uma nova sociedade.

Essa revolução tem uma importância igual ou maior à da Revolução Industrial. As tecnologias da informação tornam-se as ferramentas indispensáveis na geração da riqueza, no exercício do poder e na criação de códigos culturais. Particular importância adquire, no entanto, ao potencializar as redes para se tornarem o modo prevaiente de organização das atividades humanas transformando, a partir de sua lógica, todos os domínios da vida social e econômica (CASTELLS, 2003).

A crise dos modelos de desenvolvimento tanto do capitalismo como do estatismo levou ambos a se reestruturarem em meados dos anos 70. O estatismo acabou mostrando sua inabilidade para manejar sua transição para a Era da informação, enquanto nas economias capitalistas, as empresas e os governos, adotaram medidas políticas que, em conjunto, levam a uma nova forma de capitalismo, caracterizado pela globalização das atividades econômicas centrais, a flexibilidade organizacional e um maior poder para o gerenciamento em suas relações com o trabalho.

Essa nova forma do capitalismo – o capitalismo informacional – acabou prevalecendo entre nós. A consequência fundamental desse processo é que, pela primeira vez

na história, o mundo todo está organizado tendo como base um conjunto de regras econômicas comuns.

[...] Trata-se de um capitalismo muito mais duro em seus objetivos, porém, incomparavelmente mais flexível que qualquer um de seus predecessores em seus meios. Informacional, então, porque mais do que nunca está fixado na cultura e é propulsado por essa tecnologia (CASTELLS, 2003, p.120).

Castells (2003) é explícito em afirmar que a tecnologia não determina a sociedade. Muitos e múltiplos fatores intervêm segundo um complexo padrão interativo na configuração que ela toma em cada momento da história. Daí a importância que tiveram, na conformação da sociedade atual, os novos movimentos sociais que eclodiram a partir de 1968. Eles reagiram de múltiplas formas contra o uso arbitrário da autoridade, se revoltaram contra a injustiça e procuravam a liberdade necessária para a experimentação pessoal.

Em essência, tratou-se de movimentos culturais e não políticos e o que queriam era mudar a vida e não tomar o poder. É por isso que, contrariamente ao que pode se pensar, eles não foram derrotados. Eles se retiraram deixando para trás uma alta produtividade histórica, em sua luta, questionaram as bases profundas da sociedade e repudiaram os valores estabelecidos. Os movimentos sociais levantaram-se contra o patriarcalismo e marcaram a crise da família patriarcal e dos valores que vinham organizando a sociedade durante séculos, rechaçaram os tradicionalismos religiosos e os nacionalismos e, assim, prepararam o cenário para uma ruptura fundamental na sociedade.

No entanto, embora esses movimentos sociais fossem em princípio culturais e independentes das transformações econômicas e tecnológicas, seu espírito libertário influenciou, de forma considerável, a mudança para os usos individualizados e descentralizados da tecnologia.

Sua cultura aberta estimulou a experimentação, com a manipulação de símbolos e

independente. A interação desses três processos, paralelos e independentes, durante o último quarto do século XX produz uma redefinição histórica das relações de produção, de poder e de experiência (individual e social) que acabaram produzindo uma outra sociedade com cultura, valores e costumes novos gerando posicionamentos existenciais e sociais.

Essa emergente sociedade é caracterizada, então, por uma nova estrutura social dominante: a sociedade em rede, uma nova economia: a economia informacional global e uma nova cultura: a cultura da virtualidade do real. Contudo, a característica da sociedade em rede não é somente conhecimento e informação. Conhecimento e informação, na verdade, foram centrais para todas as sociedades.

Nesse sentido, Castells (2003) sugere que deveríamos abandonar a noção de sociedade da informação noção que ele mesmo reconhece ter usado erroneamente. O que é novo hoje é o conjunto de tecnologias da informação as quais lidamos, centradas ao redor das tecnologias da informação e comunicação baseadas na microeletrônica e a engenharia genética, tecnologias para agir sobre a informação e não apenas a informação para agir sobre a tecnologia, como no passado. Elas estão transformando o próprio tecido social, permitindo a formação de novas formas de organização e interação social através das redes de informação eletrônicas. É assim que temos entrado em um novo paradigma tecnológico no sentido dado por Thomas Kuhn (1962 *apud* CASTELLS, 2003) às revoluções científicas: o paradigma informacional. As principais características apontadas por Castells são:

[...] A primeira característica do novo paradigma é que a informação é a sua matéria-prima: são tecnologias para agir sobre a informação, não apenas informação para agir sobre a tecnologia, como foi o caso das revoluções tecnológicas anteriores. O segundo aspecto refere-se à penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias. Como a informação é uma parte integral de toda atividade humana, todos os processos de nossa existência individual e coletiva são diretamente moldados embora não determinados pelo novo meio tecnológico. A terceira característica refere-se à lógica de redes em qualquer

sistema ou conjunto de relações, usando essas novas tecnologias da informação. A morfologia da rede parece estar bem adaptada à crescente complexidade de interação e aos modelos imprevisíveis do desenvolvimento derivado do poder criativo dessa interação. Essa configuração topológica, a

64

rede, agora pode ser implementada materialmente em todos os tipos de processos e organizações graças a recentes tecnologias de informação. Sem elas tal implementação seria bastante complicada (CASTELLS, 2003, p.108).

Continua Castells,

[...] E essa lógica de redes, contudo, é necessária para estruturar o não estruturado, porém preservando a flexibilidade, pois o não estruturado é a força motriz da inovação na atividade humana. Ademais quando as redes se difundem, seu crescimento se torna exponencial, pois as vantagens de estar na rede crescem exponencialmente, graças ao número maior de conexões e o custo cresce em padrão linear. Além disso, a penalidade por estar fora da rede aumenta com o crescimento da rede em razão do número em declínio de oportunidades de alcançar outros elementos fora da rede. Em quarto lugar, referente ao sistema de redes, mas sendo um aspecto claramente distinto, o paradigma da tecnologia da informação é baseado na flexibilidade. Não apenas os processos são flexíveis, nas organizações e instituições podem ser modificadas, e até mesmo fundamentalmente alteradas. Então uma quinta característica dessa revolução tecnológica é a crescente convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado, na qual trajetórias tecnológicas antigas ficam literalmente impossíveis de se distinguir em separado (CASTELLS, 2003, p.109).

Pela primeira vez, na história, a mente humana é uma força produtiva direta e não apenas um elemento decisivo do sistema de produção. Sob o contexto informacional, emerge uma nova cultura onde suas expressões e a criatividade humana são padronizadas e (hiper) ligadas em um hipertexto eletrônico global que modifica substancialmente as formas sociais de espaço tempo: do espaço dos lugares ao espaço dos fluxos, do tempo marcado pelo relógio ao tempo atemporal das redes.

Esse hipertexto eletrônico, sintetizado pela Internet, torna-se o marco de referência comum para o processamento simbólico de todas as fontes e de todas as mensagens, é por isso que esse hipertexto constitui a coluna vertebral da nova cultura, a cultura da virtualidade do real, na qual a virtualidade torna-se componente fundamental de

nosso ambiente simbólico e, por isso também, da nossa experiência como seres comunicacionais.

65

A virtualidade é nossa realidade, porque vivemos em um sistema no qual a própria realidade, isto é, a existência material e simbólica das pessoas, está totalmente imersa num ambiente de imagem virtual, num mundo simulado no qual os símbolos não são apenas metáforas, mas, incluem a experiência real. Nesse ambiente, os valores dominantes e os interesses são construídos, sem referência ao passado ou ao futuro, mas na intemporal paisagem das redes de computadores e das mídias eletrônicas.

As redes são mais do que uma nova metáfora que superaria as mecanicistas e organicistas, nas quais a sociologia se baseou historicamente. As redes interativas de informação tornaram-se tanto os componentes da estrutura social quanto os agentes da transformação social. As redes são a morfologia social de nossas sociedades. Por isso, é justificado falar em sociedade rede nomeando assim a nova estrutura social dominante.

Embora as redes tenham existido sempre como forma de organização social, agora a tecnologia da informação é a base para uma rede que tudo alcança no mundo todo. As redes com as vantagens de ter maior flexibilidade e adaptabilidade que outras formas, tinham um problema inerente: a incapacidade de administrar a complexidade para além de um certo tamanho crítico. Essa limitação substancial foi superada com o desenvolvimento das tecnologias da informação. É por isso também que, por sua capacidade superior de desempenho, as redes vão gradualmente eliminando, em cada área específica de atividade, as formas de organização hierárquicas e centralizadas.

Existem por isso também as redes baseadas em valores alternativos aos dominantes, embora sua morfologia seja similar. É assim que os conflitos sociais acabam tomando a forma de lutas baseadas em redes que tentam reprogramar outras redes,

inscrevendo assim novos códigos, novos valores, entre os objetivos que organizam a atuação das redes opostas. Dessa forma a luta principal na era da informação passou a ser a luta pela

66

redefinição de códigos culturais, e esses códigos, em última instância, residem na mente humana. A mente humana tornou-se, assim, o principal local de poder.

No entanto, a mudança social na sociedade rede é uma tarefa bem complicada devido a grande capacidade das redes de absorver qualquer novo insumo para acrescentar à própria rede e/ou de neutralizá-lo. É por isso que existem poucas possibilidades de mudança social dentro de uma rede dada. As possibilidades de transformação vêm normalmente de fora, seja através da negação de sua lógica de afirmação de valores que não pode ser processada por rede nenhuma: apenas ser obedecida e seguida, por redes alternativas com projetos alternativos que consigam dar comunicabilidade a códigos para além de sua autodefinição específica.

Neste contexto, onde os partidos políticos parecem ter esgotado seu potencial como agentes autônomos da mudança social, os sujeitos potenciais da era da informação são os movimentos sociais, e o serão na prática se conseguirem ser produtores e distribuidores de códigos culturais alternativos. Para isso, segundo Teixeira eles têm que se posicionar como mobilizadores de símbolos e atuar sobre a cultura da virtualidade real que emoldura a comunicação na sociedade em rede (TEIXEIRA, 2003).

Entretanto, ao mesmo tempo em que esses embriões de uma nova sociedade, os movimentos sociais, conseguem desenvolver suas potencialidades, uma distância social infinita vai se estabelecendo entre, por um lado, as meta redes do sistema financeiro internacional e os fluxos globais de riqueza, poder e imagens e, por outro, a maioria das pessoas, as atividades e os locais do mundo.

A globalização está se tornando um grande movimento de conexão de tudo o que

vale para a razão instrumental do mercado e, ao mesmo tempo, de desconexão de tudo o que não vale para essa razão. Nesse cenário, as pessoas tendem a se reagrupar em torno de identidades primárias (religiosas, étnicas, territoriais, nacionais), e o fazem à procura de

67

segurança pessoal e de sentido bipolar entre a rede e o ser e, em oposição à sociedade rede, se torna manifesto o poder da identidade.

Para Castells (2002), o enorme poder que tem a identidade, se expressa tanto no nascimento de alternativas ao sistema por via de movimentos sociais articulados a partir de identidades específicas, quanto na formação de grupos que ficam encerrados em si mesmos e na auto-afirmação de valores e sentidos definidos como forma de proteção diante de um sistema que exclui.

É por isso, afirma Castells (2002) que o surgimento de fundamentalismos religiosos não é casual nesse contexto. Parece responder a uma lógica de excluir os agentes da exclusão. Quando a rede desliga o ser, o ser, individual ou coletivo, constrói seu significado sem a referência instrumental global: o processo de desconexão torna-se recíproco após a recusa, pelos excluídos, da lógica unilateral de dominação estrutural e exclusão social.

Em resumo, a globalização trouxe em seu bojo o fenômeno da organização social em rede. As redes sociais são comunidades virtuais e/ou presenciais capazes de reunir indivíduos e organizações, de forma horizontalizada, descentralizada e participativa, em torno de alguns objetivos comuns e identidades. A rede passa a ser uma comunidade e como tal pressupõe identidades e interesses comuns a serem acordados pelo coletivo.

É a própria rede que vai gerar as regras e padrões a partir dos quais os envolvidos deverão conviver. Essas redes possibilitam a troca de informações, a articulação política e institucional e serve a alimentação de projetos.

Portanto, na atualidade, as redes se constituem em um importante espaço público

de participação e atuação das organizações, através da troca de informações, articulação política e institucional e para implementação de projetos em comum que tenham em vista a promoção da cidadania.

68

Deste modo, as organizações e movimentos sociais, entre eles a universidade, devem ocupar cada vez mais esse espaço com seu espírito libertário e lutar pelo uso descentralizado das novas tecnologias e a inclusão de grupos marginalizados.

Como afirma Castells, aqueles que estão as margens dos fluxos de conhecimento, poder e riqueza estão excluídos. As redes de universidades e extensão podem dar uma grande contribuição à sociedade, incluindo aqueles que estão excluídos dos fluxos de conhecimento, através da interconexão desses grupos em suas redes.

Dito isso, é importante também analisarmos os efeitos desse processo de globalização no plano local, pois, essas redes se articulam globalmente mais atuam localmente. Daí nasce uma dialógica relação entre o global e o local e, muitas vezes, é no plano local que resistimos aos efeitos violentos desse processo. Nesse sentido cabe analisar, ainda que sucintamente, a articulação das redes no plano local.

2.4. A ARTICULAÇÃO DIALÓGICA ENTRE O GLOBAL E O LOCAL

A globalização é um processo complexo que atinge a todas as áreas da vida humana, ou seja, tem conseqüências no campo social, político, econômico e cultural. Esse mundo cada vez mais global acabou por modificar a vida das pessoas, também no plano local, que pode ser uma cidade, uma região ou uma comunidade.

Em verdade, assistimos nos últimos, como parte do processo de globalização, um fortalecimento de uma esfera pública que tem como núcleo central à participação cidadã em

espaços públicos e o controle social do Estado. Nesse sentido, percebemos uma relação dialógica entre o global e o local sintetizada na frase cunhada pelos movimentos ambientalistas: pensar global, agir local.

69

Sobre a globalização o economista Hassan Zaoual¹⁴, tenta romper com uma visão estritamente econômica da globalização, mostrando que essa concepção é consequência de um processo de imposição da ocidentalização do mundo, assimilada por países como o Brasil, com desrespeito à diversidade de culturas, civilizações ou religiões. Para Zaoual (2003) os questionamentos a essa visão podem ser interpretados como um sinal do início do fim da ocidentalização do mundo, que abre perspectivas para uma visão mais plural da humanidade.

Nesse sentido, Zaoual segue a trilha de um importante movimento no mundo atual impulsionado por iniciativas como o Fórum Social Mundial (FSM) e o Fórum Social Nordestino (FSN), que criticam as práticas relacionadas à ideologia neoliberal. Zaoual critica também o chamado pensamento único, termo popularizado por Ignácio Romanet, ou efeito TINA (*there is no alternative*), expressão popularizada por Boaventura de Souza Santos. Este autor é contra a idéia de que não existe alternativa para sociedade capitalista.

Para Zaoual (2003), a concepção de um modelo único é a marca de uma cultura que tem sido construída sobre a vontade de potência e de dominação do homem e da natureza que tem lastro nas idéias herdadas ainda do movimento iluminista do século XVIII. Contudo, a *práxis* mostrou que a aplicação desse modelo em economias periféricas como o Brasil, trouxe diversos questionamentos à eficácia social e econômica desses modelos. As dinâmicas informais e as incertezas das economias de mercado desses países geraram uma grande confusão no modo de pensar e agir dentro de modelos transpostos. A *práxis* nesses países demonstrou a inviabilidade da transposição de modelos.

Em outras palavras, a transposição de modelos se torna imprevisível na medida em

que as condições econômicas, políticas, sociais e culturais dos países não podem ser

¹⁴ Hassan Zaoual é economista e professor da *Université du Littoral Cote d'Oopale em Dunkerque*, Norte da França. Com base em uma ciência complexa, aliando conhecimentos de filosofia, economia, ciências sociais, numa visão ampla de diferentes culturas e civilizações, e com a abertura do diálogo intercultural, Zaoual elabora uma crítica radical do modelo de desenvolvimento capitalista imposto ao conjunto dos países ditos em desenvolvimento (África, Ásia e, sobretudo, América Latina) em nome da globalização, cujos resultados tem sido desastrosos e conhecidos por todos nós (THIOLENT,2003).

70

reproduzidas. Além disso, os atores locais reagem de forma diferenciada as medidas econômicas e políticas, gerando ainda mais imprecisão dentro de modelos pré-concebidos. Nesse sentido, para Thiolent (2003), um dos mais importantes aspectos do pensamento de Zaoual, consiste na elaboração de uma nova teoria econômica sobre a globalização, baseada na realidade local e em sua indispensável articulação dialógica com o global, designada teoria dos sítios simbólicos de pertencimento ou *sites symboliques d'appartenance*.

Nesse aspecto, Zaoual (2003) define um sítio simbólico como um local em sentido geográfico (bairro, cidade, microrregião, região, país etc) e também em sentido simbólico (adesão a uma cultura, a uma ideologia a uma religião) remetendo a significados específicos definidos pelos seus atores que em função de uma identidade, de um lado, aceitam ou recusam o que lhes é proposto ou imposto de fora e por outro, procuram soluções originais para seus problemas.

Ao trazer a questão local para a discussão sobre a globalização, Zaoual (2003, p.08) critica certas práticas ou políticas públicas que pretendem acabar com a pobreza, a exemplo de programas como Fome Zero, bolsa família, que pretendem a mercantilização de certas iniciativas que não conseguem ultrapassar o horizonte do mercado. “Todos nós encontraremos muita dificuldade e paradoxo nas tentativas de inserir no mercado as populações que já foram excluídas pelas relações sociais e instituições que o caracterizam”¹⁵.

Para Thiolent (2003) em ruptura com antigos padrões cientificistas e deterministas, o pensamento de Zaoual é estimulante para todos que, diante de um mundo

globalizado em crise, procuram alguma orientação para delinear novos projetos de ação em

¹⁵ No Brasil o conceito e a teoria dos sítios simbólicos já foram aplicados em vários contextos para entender a dinâmica econômica ou social de microrregiões ou para formular planos ou políticas de desenvolvimento local, sob o nome de “política de territórios”. Nos últimos anos, tem sido muito comum essa discussão pelas agências de fomento responsáveis pela implantação de programas de desenvolvimento econômico, nas diversas regiões do país.

71

espaços localizados, articulando aspectos econômicos, sociais, culturais, mobilizando os atores enraizados em suas realidades e respeitando seus referenciais próprios. Na opinião de Thiollent (2003), no contexto universitário a perspectiva posta por Zaoual representa um grande desafio e amplia as possibilidades no que diz respeito à construção de novos paradigmas e conhecimentos nos processos de pesquisa, ensino e, principalmente, extensão. A abordagem proposta por Zaoual possui grande originalidade no modo de inserir os aspectos econômicos no conjunto das instituições, da cultura e das crenças de cada sociedade ou de cada local.

Para Zaoual (2003), nos dias atuais não temos mais certezas. Tudo é possível. Os encontros, as eventualidades, as simpatias, as redes são parte integrantes de nosso caminho e do destino que estamos trilhando. Nada está determinado de antemão. Nenhuma instância é determinante, em última instância.

As realidades humanas são demasiado complexas para serem entendidas e, mais ainda monitoradas a partir de um só e único modelo de pensamento e de conduta. Esses são os princípios e os conceitos sobre os quais está se construindo o paradigma dos “sítios simbólicos” de pertencimento (*sytes symboliques d'appartenance*) como uma das alternativas a globalização do mundo.

Sentencia Zaoaul (2003) que isso acontece porque a civilização econômica nascida no Ocidente deve ser questionada para o bem tanto do Sul como do Norte. Essa sentença da noção de que a Europa e os EUA não podem mais servir de modelo de economia

e de sociedade para as economias em desenvolvimento, em razão das condições políticas, econômicas, sociais e culturais, específicas de cada país.

Apesar dos sucessivos fracassos dos modelos econômicos transpostos dos países do Sul e, também, do esgotamento do mito do progresso nos países mais adiantados, na

72

aventura do desenvolvimento, as crenças científicas vinculadas a essa ciência estão resistindo à necessidade de uma mudança profunda.

[...] semelhante a um organismo biológico, o paradigma da civilização econômica e o conjunto de suas instituições desenvolvem mecanismos de resistência e de propaganda para sobreviver e garantir os interesses dos poderosos do mundo. A ciência e o poder vivem em “boa harmonia” nos bastidores das práticas sociais. O poder e o saber possuem também suas “caixas pretas” que precisamos desenterrar, examinar, criticar, para reconstruirmos outras visões de mundo nas quais serão restituídas as concepções e as práticas da “gente de base”. É sobre as “ruínas do desenvolvimento” que poderíamos antecipar uma civilização da diversidade, tolerante e respeitosa do homem em sua universalidade e em suas singularidades locais (ZAOUAL, 2003, p.18).

Zaoual (2003) afirma que para a sociedade civil, organizações de base, e movimentos sociais é imperativo que se desconstrua o paradigma do mercado como o centro nervoso da globalização. As experiências dos atores da sociedade civil em seus diversos campos de atuação, são de alcance incontestável, mas só vencerão o jogo mediante a construção de um paradigma plural, capaz de enfrentar os partidários do pensamento único. Precisamos saber que as idéias conduzem o mundo e sem a base teórica a dissidência que se observa nos campos de atuação não pode se organizar eficazmente.

Nesse aspecto Zaoual (2003) defende a idéia da contra-ideologia. Ou seja, para uma ideologia da acumulação, da concorrência e da uniformização, precisa-se responder com uma contra-ideologia da diversidade da humanidade, do respeito à natureza, da criação e das autonomias das populações.

A vida econômica nos fornece numerosos exemplos que ilustram a força das crenças compartilhadas na configuração dos fatos e das materialidades as mais tangíveis. A emergência do paradigma dos “sítios simbólicos de pertencimento” recupera os primeiros passos da decifração da influência das crenças práticas sobre os comportamentos econômicos.

Na perspectiva defendida pela teoria dos sítios simbólicos, toda cidade ou qualquer localidade, apesar de uma identidade coletiva própria, contém uma diversidade

73

endógena de sítios cujas características decorrem do fato de pertencer a classes, grupos, redes, bairros, situações sociais, microculturas, religiões etc. A diversidade é sempre onipresente e infinita, ao mesmo tempo, em que é fonte de conflitos e de enriquecimento. Mediante um adequado acompanhamento de seus menores recantos, os atores da situação precisam de um sentido, de uma visão, ou até de uma utopia, possibilitando sua coordenação e ação.

A teoria dos sítios é de alcance transversal para melhor aproximação dos espaços vividos pelos homens. Nas economias informais, evidencia-se que os atores de baixo demonstram mais engenhosidade que os peritos da macroeconomia oficial, a qual permanece míope com relação aos fatos e às realidades das sociedades humanas.

Nas instituições oficiais do desenvolvimento e da globalização, não há dúvida, esse conhecimento continua influenciando os governos, mas é um combate de retaguarda. Aliás, as instituições do desenvolvimento, em primeiro lugar, o Banco mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), começam a prestar atenção às dinâmicas informais, sob o rótulo de políticas de apoio aos microempresários do setor informacional e as populações pobres do planeta¹⁶.

Todas essas tensões, construções e reconstruções formam a raiz da afirmação das identidades e dos territórios em relação ao poder devastador da globalização. Em todos os lugares, cada vez mais, as pessoas sentem a necessidade de crer e de se inserir em locais de

pertencimento. Assim, á medida que cresce o global, também se amplia o sentimento do local.

As razões desse paradoxo são múltiplas. Zaoual destaca a seguinte:

[...] a globalização, sinônimo de mercantilização do mundo, introduz localmente um tipo de incerteza e de vertigem na mente humana. Uma das maneiras de reagir a isso consiste na busca da certeza de que somente a proximidade pode garantir, até certo ponto, o sentimento de pertencer. Esses processos ocorrem sob formas múltiplas, tocando todos os aspectos da vida humana (ZAOUAL, 2003, p.110).

¹⁶ Tal tendência pode ser exemplificada pela multiplicação dos programas de microcrédito, após o sucesso midiático do *Gramen Bank* do Bangladesh.

Thiolent decifrando o conceito de sítios simbólicos de Zaoual diz que:

[...] os sítios são uma cosmovisão do mundo. É uma pátria imaginária, um sítio é, antes de tudo, uma entidade imaterial, logo, invisível, intangível a impregnar de modo subjacente os comportamentos individuais e coletivos e todas as manifestações materiais de um dado lugar (paisagem, habitat, arquitetura, saber fazer, técnicas, ferramentas, etc). É um espaço, um patrimônio coletivo que estabelece sua consistência no espaço vivido dos atores. Sua “caixa preta” contém os mitos fundadores, as crenças, os sofrimentos, as provações duras, as revelações, as revoluções atravessadas, as influências recebidas ou adotadas por um grupo humano. Tudo isso se concentra na identidade do sítio transmitida pela socialização entre gerações (THIOLENT, 2003, p.112).

A teoria dos sítios simbólicos fala também do surgimento do *homo situs* em contraposição ao *homo economicus* da economia burguesa. O *homo economicus* é uma das categorias mais essenciais do discurso neoliberal o qual é contestado com base na simples observação dos fatos e das práticas concretas.

Para a teoria dos sítios simbólicos, os homens e mulheres nunca reagem de maneira idêntica em todos os lugares, sua racionalidade se constrói socialmente *in situ* (*no sítio*) e não atendem ao modelo científico da racionalidade padrão da economia ortodoxa.

Essas racionalidades situadas são diversas, compostas, flexíveis, complexas e abertas. Nesse contexto, o homem concreto deve ser tomado em consideração por meio de um

conceito flexível. Aí está o alcance do conceito de *homo situs* que integra e supera o *homo economicus*, sobre o qual tem sido construída a ideologia econômica oficial.

Segundo a teoria dos sítios simbólicos, o *homo situs* supera o *homo economicus* e lhe dá vida. Situada em um espaço-tempo, antropologicamente codificado, a racionalidade não pode ser considerada pura, uniforme ou mesmo limitada em uma única visão do mundo. Plural, ela se constrói *in situ* de modo dinâmico e indeterminado.

Em virtude das forças de enraizamento do sítio, a racionalidade situada expressa o caráter compositório dos universos complexos que se relacionam com a vida dos homens.

75

Com efeito, no mundo dos fatos, a solidariedade, a reciprocidade, a dádiva são também partes integrantes da condição humana. Nesse aspecto preleciona Thiolent,

[...] na busca de sua coesão e de sua reprodução na eternidade, o sítio gera relações e capital social que dão sustento aos membros da comunidade. Esses procedimentos adquirem sua consistência nas crenças coletivas, um tipo de “divindades locais”, dando outras denominações para leis econômicas aceitas (THIOLENT, 2003, p.114).

Dito com outras palavras, os sítios simbólicos limitam e desnorteiam o capital. Eles humanizam as leis de seu funcionamento e põe em questão o conhecimento econômico. Para Thiolent:

[...] de um lado, essa natureza social faz com que o sítio seja um conceito não-econômico, no sentido da ciência econômica ordinária, mas, de outro, trata-se de uma entidade abstrata muito útil para mostrar as razões práticas pelas quais uma economia funciona ou não. Esse paradoxo expressa seu mistério e sua dissidência com relação à tão procurada normalização, em nosso paradigma de economistas (THIOLENT, 2003, p.114).

Para Zaoual (2003, p.80), uma nova economia política passa por diferentes estratégias como o fim dos modelos econômicos sem raízes; os questionamentos ao desenvolvimento transposto, ao pensamento econômico flexível, a abertura do modelo de

mercado, ao combate a pobreza, ao respeito ao homem situado e a economia do conhecimento e a gestão de redes. “O verdadeiro dinamismo da nova economia capitalista resulta de novas práticas nas quais as noções de qualidade, confiança, relacionamentos e redes tornam-se essenciais”.

Zaoual (2003) afirma que a economia do futuro será dominada pela informação e pelo conhecimento. Segundo ele, o desempenho dentro ou fora do negócio dependerá mais de uma maciça circulação de informação do que da propriedade do conhecimento. Os componentes da nova economia são imateriais e muito fluídos e os processo de destruição e criação das inovações são cada vez mais rápidos e limitam, então, a duração das situações de

76

monopólio. Tal aceleração do ciclo do conhecimento é tão forte que os direitos tornam-se de difícil proteção.

No caso das comunidades a dimensão coletiva e cognitiva da eficiência prova que é estratégica a subjetividade de cada indivíduo em relação a compromisso e criatividade. Nesse contexto, a comunicação é o gerador de performance da – comunidade em rede – no sentido de que ela se torna um nó de relacionamento e informação, a ser organizado tomando plenamente o fator humano em consideração.

Isso explica, também a importância do sentimento de pertencer a uma organização, por exemplo, a uma comunidade. Assim, se está aproximando as comunidades, cada vez mais, a uma noção de sítio simbólico de pertencimento. Os indivíduos são efetivos dentro de um sítio, a convivência em uma organização torna-se a fonte de motivação para as pessoas, que passam a ser tão importante quanto outros fatores como salários, segurança, *status* social. Em suma, nessas circunstâncias, a comunidade torna-se território no qual a memória e o conhecimento são mobilizados, trata-se de uma organização que aprende (*learning organization*) (THIOLENT, 2003).

A organização em rede dentro e fora de uma comunidade possibilita alcançar condições para a emulação e a cooperação entre indivíduos, equipes, parcerias de uma comunidade ou de outros atores sociais envolvidos no mesmo campo social. O universo das redes é o espaço no qual as competências e o *know how* estão conectados. Essas dinâmicas relacionadas são gradativamente criadas à medida que requeiram a convergência das percepções subjetivas dos atores implicados (ZAOUAL, 2003).

As redes não são apenas um fator de integração, mas também de exclusão de indivíduos e organizações que não lhe deram prioridade na fase de adaptação e de evolução dos parâmetros da economia racional imposta pelas novas formas de vida econômica. A cooptação e a seleção de indivíduos mais produtivos será o processo pelos quais alguns serão

77

integrados e outros excluídos da organização. No futuro, depois de abandonar a organização piramidal a economia adotará gradualmente modos de funcionamento horizontalizados, mobilizando ao máximo a criatividade, aos níveis mais baixos, dos que se tornam plenamente integrados.

No entanto, dessa forma as redes podem criar novas formas de exclusão. A situação estará ruim para quem não estiver vinculado. De acordo com as novas tecnologias e da comunicação, a nova economia será também acompanhada de uma exclusão digital de certos indivíduos, grupos sociais e nações. Em suma, a economia digital é ambivalente, de um lado, estimula a criatividade de alguns, de outro, marginaliza todos os que são incapazes de se adaptar a suas exigências. Enfrentando esses desafios, a produção associativa das organizações está promovendo uma economia, baseada na solidariedade e no desenvolvimento local, que se opõe à exclusão e à marginalização.

Nesse cenário, a tensão entre ascensão da globalização das economias de um lado, e a volta às identidades e aos territórios, de outro, desempenha papel fundamental nessa

recomposição e decomposição do pensamento social. Para os analistas políticos, mais do que eficientes estratégias organizativas, as redes emergem como atores coletivos que estão construindo um novo contrato social, que passa a exigir um tratamento adequado às diversas questões levantadas pela sociedade. A pujança dos fóruns e a eficiente interligação das redes sinalizam perspectivas promissoras no campo da cidadania e da democracia (MANCINI, 2003).

Portanto, podemos concluir que em relação às redes sociais há entre o global e o local uma relação dialógica que corresponde à unidade complexa entre duas lógicas, entidades ou instâncias complementares concorrentes e antagônicas que se alimentam, completam, mas também se opõem e combatem. A dialógica distingue-se da dialética hegeliana porque em Hegel as contradições encontram solução, superam-se e suprimem-se numa unidade superior. Na dialógica, os antagonismos permanecem e formam entidades ou fenômenos complexos.

78

Figura 04 - Relação dialógica entre o global e local na formação das redes

Redes regionais, nacionais, transnacionais

Global

REDE

Local

Cultura, crenças, valores, tradição, normas

Outra questão importante é que as redes locais estão interconectadas com outras locais, regionais, nacionais e transnacionais e são formadas pelas informações que recebem através dessa interconexão. Contudo, as redes mantêm sua identidade própria na medida em que recebem da comunidade normas, valores e cultura que as tornam irreduzivelmente singulares. Essas inscrições vão marcar irreversivelmente a rede no seu modo de agir e

conhecer o mundo. Podemos distinguir, mas não isolar essas duas fontes de informação das redes.

2.5. O ESTADO E A GESTÃO PÚBLICA EM REDE

Nas páginas anteriores vimos que estamos vivendo em uma sociedade cada vez mais complexa, multifacetada, tecida pela velocidade das mudanças e, sobretudo, pelo maior acesso à informação. Esse processo vem alterando padrões socioculturais e aumentando o grau de incerteza dos indivíduos, das organizações e do próprio Estado. Nessa realidade as redes emergem como atores sociais do ponto de vista cultural, mas, também, quanto á definição de uma agenda política para o Estado, criando espaços públicos de participação e alargando a esfera pública de controle social. Na opinião de Carvalho:

79

[...] se o mundo tornou-se global, isto é, mundializou-se categoricamente e viu suas áreas específicas integrarem-se sempre mais, não temos como aprendê-lo sem tratá-lo como um complexo, um todo que é tecido junto. Precisamos de uma perspectiva que integre, organize e totalize (CARVALHO,2004, p.01).

Nessa perspectiva, é fundamental perceber que o Estado também vem sendo afetado pelas mudanças na estrutura social. Existe uma nova interdependência que fragiliza o Estado-Nação, no campo da política econômica e social, tornando quase compulsório e consensual um movimento externo em direção à formação e integração de blocos econômicos e um movimento interno de descentralização, flexibilização e fortalecimento da sociedade civil, para compor um novo pacto e condições de governabilidade. Assim tem estado na ordem do dia o debate sobre para onde vai o Estado e sua gestão pública em uma sociedade globalizada.

Nessa linha, as novas e antigas demandas sociais, o agravamento da pobreza e da

desigualdade econômica e, ao mesmo tempo, os déficits públicos exigem um novo compromisso social entre Estado e sociedade civil. Portanto, a revolução da comunicação e da informática ocorrida nas últimas três décadas, aliada ao processo de descentralização ocorrido no âmbito das atribuições do Estado, tem fornecido as bases para mudanças substantivas que estão a ocorrer nos modelos de gestão social e na própria alteração no conceito de rede aplicado à gestão pública.

Nesse novo modelo de gestão em rede, o Estado não perde seu papel de normatização, regulação e de garantia na oferta de bens e serviços públicos, porém a sociedade deve partilhar, com o Estado, o compromisso com o bem comum e com a necessária tarefa de promover a equidade e a justiça social. Deste modo, precisamos estar atentos a essas mudanças que acontecem no sistema estatal em razão de ser o Estado um importante ator no que diz respeito à construção da cidadania e da democracia em nosso país.

80

Sem a menor dúvida, as mudanças verificadas no Estado estão a influenciar tanto a universidade como a extensão universitária, pois elas fazem parte, também, desse sistema. Sendo assim, de ora em diante, analisaremos as mudanças no Estado à luz da teoria das redes sociais, e as conseqüências para a gestão pública, para a universidade e para a extensão universitária, tentando assim compor com maiores detalhes possíveis este cenário.

2.5.1. Origem e Conceituação do Estado

Considerando que o conceito de Estado, apesar de bastante difundido, ainda é um bastante controverso, cumpre, inicialmente, apresentar de forma sintética algumas considerações sobre a origem e evolução do Estado, para depois fazer algumas considerações sobre a crise, reforma e suas implicações para o futuro. Nessa linha, apresentaremos os

contornos de uma nova gestão pública que está a se desenhar no Estado brasileiro, possibilitada por uma compreensão administração pública moderna que chamamos de gestão pública em rede.

Do ponto de vista etimológico, o vocábulo Estado vem do latim status, *Estat*, *Estate*, *Staat* (estar firme). Do ponto de vista semântico, o vocábulo Estado significa uma situação permanente de convivência ligada à sociedade política. Indica a condição do país, tanto em seus dados sociais como políticos, nos traços que constituem seu ordenamento, a condição do príncipe e de seus auxiliares, das camadas que representam a organização do poder que delas deriva (BOBBIO,1997).

No que diz respeito à origem do vocábulo, os cientistas políticos concordam que o vocábulo Estado aparece pela primeira vez na literatura em *O Príncipe* de Maquiavel, escrito em 1513, usada sempre para designar uma cidade independente. Maquiavel, indaga em sua obra, que conduta deve adotar quem tem como projeto a instauração ou restauração do poder.